

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

**As contribuições de Louis Althusser e de Nicos Poulantzas ao
estudo do papel da escola na sociedade capitalista**

Luís Gustavo Dutra Barcelos

Porto Alegre

2021

Luís Gustavo Dutra Barcelos

**As contribuições de Louis Althusser e de Nicos Poulantzas ao
estudo do papel da escola na sociedade capitalista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Faculdade de Ciências Sociais - Licenciatura da UFRGS
como requisito básico para a conclusão da graduação em
Ciências Sociais.

Orientador: Leonardo Granato.

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Barcelos, Luis Gustavo Dutra
As contribuições de Louis Althusser e de Nicos Poulantzas ao estudo do papel da escola na sociedade capitalista / Luis Gustavo Dutra Barcelos. -- 2021.
55 f.
Orientador: Leonardo Granato.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Escola capitalista. 2. Materialismo Histórico Dialético. 3. Reprodução Social. I. Granato, Leonardo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Luís Gustavo Dutra Barcelos

As contribuições de Louis Althusser e de Nicos Poulantzas ao estudo do papel da escola na sociedade capitalista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Ciências Sociais - Licenciatura da UFRGS como requisito básico para a conclusão da graduação em Ciências Sociais.

Aprovado em: 24/05/2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Granato – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Alexandre José Rossi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente trabalho buscou pesquisar e sistematizar as produções de Louis Althusser e Nicos Poulantzas acerca da função da escola na formação social capitalista. Partindo da metodologia materialista histórica dialética, a monografia em questão analisou a escola, não como uma instituição isolada da sociedade em que está presente, mas, diante do entendimento da teoria marxista, que percebe a sociedade dividida em classes e formada por determinações derivadas dessa divisão. Estas determinações influenciam em todas relações presentes nessa formação social, dentre estas, a instituição e as práticas escolares. O trabalho, num primeiro momento, explicitou as compreensões “clássicas” marxistas sobre as determinações existentes na sociedade capitalista, que, independente do país ou contexto histórico – diante do modo de produção capitalista –, apresenta sempre as mesmas engrenagens e reproduções sociais em comum, sendo sistematizado, brevemente na monografia, as contribuições do marxismo clássico, e de Althusser e Poulantzas, a respeito do funcionamento dessa reprodução capitalista. No segundo momento, a partir de uma revisão bibliográfica de elaborações próprias dos dois filósofos em questão, o trabalho apresenta e discute o que os ambos pensadores produziram sobre o papel da Escola nessa sociedade, considerando, Althusser, em suas produções, incorporando o Sistema Escolar como parte do Estado capitalista; enquanto Poulantzas entende que a escola tem seu funcionamento determinado pela estrutura dominante no capitalismo.

Palavras-chave: Escola capitalista; Materialismo Histórico Dialético; Reprodução Social.

Abstract

The present work sought to research and systematize the productions of Louis Althusser and Nicos Poulantzas about the role of the school in the capitalist social formation. Starting from the dialectical historical materialist methodology, the monograph in question analyzed the school, not as an isolated institution from the society in which it is present, but in the view of the understanding of Marxist theory, which perceives society divided into classes and formed by determinations derived from this division. These determinations influence all relationships present in this social formation, among them, the institution and school practices. The work, at first, explained the “classic” Marxist understandings about the existing determinations in the capitalist society, which, regardless of the country or historical context - in face of the capitalist mode of production -, always presents the same gears and social reproductions in common, being systematized, briefly in the monograph, the contributions of classical Marxism, and of Althusser and Poulantzas, regarding the functioning of this capitalist reproduction. In the second moment, from a bibliographical review of the two philosophers' own elaborations, the work presents and discusses what both thinkers produced about the role of the School in this society, considering, Althusser, in his productions, incorporating the School System as part of the capitalist state; while Poulantzas understands that the school has its functioning determined by the dominant structure in capitalism.

Keywords: Capitalist school; Dialectical Historical Materialism; Social Reproduction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
2. O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO ENQUANTO CIÊNCIA SOCIAL.....	14
3. O CAPITALISMO, O ESTADO E A ESCOLA SEGUNDO LOUIS ALTHUSSER E SEGUNDO NICOS POULANTZAS.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

Comparada às instituições existentes nas sociedades modernas, a Escola é a instituição mais frequentada pelos indivíduos, nela presente, em número de horas e constância obrigatória, desde o início da infância até o final da adolescência, ocupando, de segunda-feira à sexta-feira, em pelo menos um turno do dia do jovem (ALTHUSSER, 1989). Partindo dessa afirmação – sem ainda entrar no mérito qualitativo da importância da escola nas formações sociais modernas –, apenas pela presença quantitativa na vida dos indivíduos nestas sociedades, podemos ter noção da suma importância do papel que a escola ocupa nessas sociedades.

Quando se pensa a escola através do senso comum, parte-se da analítica empírica. Examina-se a escola unicamente a partir da conclusão da descrição de como é a realidade aparente e jurídica da escola, chegando-se à conclusão do funcionamento da escola, nesses casos, a partir do que consta nas leis, regimentos, assim como os discursos existentes nesses espaços.

Estas concepções, baseadas no senso comum, acabam por apenas descrever as relações fundadas na ação do sujeito no ambiente escolar, não se preocupando em analisar as raízes históricas e as engrenagens invisíveis (mas passíveis de comprovação) que realmente determinam a conduta dos agentes escolares, podendo, assim, analisar o que, verdadeiramente, move a existência da instituição escolar como a prática de seus agentes, sendo necessário lançar mão da metodologia científica que trate de elucidar o papel da instituição escolar.

O presente trabalho, partindo da metodologia científica materialista histórica dialética, não só entende que a escola na sociedade capitalista é perpassada por determinações estruturais, como compreende, também, que estas estruturas são decorrentes, principalmente, da forma Estatal que reveste esta formação social.

O primeiro período que reivindica o marxismo para analisar os fenômenos sociais (MASCARO, 2013) é o “Período Clássico do marxismo”, concepção muito presente nas elaborações de Friedrich Engels (1820-1895) e Vladimir Lenin (1870 - 1924), em que se é destacado o papel repressor do Estado a serviço da burguesia, e a necessidade da classe trabalhadora destruir o Estado capitalista

para dar fim ao seu modo de produção, instaurando o modo de produção coletivo socialista, que, através do período de transição do Estado socialista, buscaria alcançar o comunismo – sociedade sem classes e, conseqüentemente, sem Estado.

O segundo período é o chamado de “Marxismo ocidental”, período muito influenciado pelas elaborações de Antonio Gramsci (1891 - 1937) e György Lukács (1885 - 1971), estes, persuadidos pelo pensamento do jovem Marx, influenciado pelo idealismo de Georg Hegel (1770 - 1831). As elaborações se dissociavam do marxismo clássico, essencialmente, por entenderem a existência de um entrelaçamento do Estado com a sociedade civil, e que acabara, também, diferentemente do marxismo clássico, reivindicando necessariamente reformas por dentro do Estado e Direito capitalistas (MASCARO, 2013).

Na década de 1960, contrários às elaborações consideradas economicistas e historicistas dentro do marxismo – e reivindicando, especialmente, as elaborações de Karl Marx (1818 - 1883) em seu período literário maduro (FERRAZ; SANTOS, 2016), assim como o pensamento do jurista soviético Evgeni Packukanis (1891 - 1937) –, o terceiro período do pensamento marxista acerca do Estado, à luz da crise da experiência soviética e do auge do neoliberalismo, tem como destaque o filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918 - 1990) e o filósofo grego Nicos Poulantzas (1936 - 1979), intelectuais que avançam o marxismo para “[...] compreender o Estado a partir das próprias categorias que estruturam a sociedade capitalista” (MASCARO, 2013).

Como exposto, anteriormente, pouco da pesquisa em educação, no Brasil, se trabalha sob um prisma materialista histórico dialético, priorizando perspectivas liberais. No entanto, quando ainda houve a reivindicação do marxismo como método de análise, esta foi inspirada na fase do “marxismo ocidental” e influenciada pela visão economicista e idealista do marxismo (SANTOS; FERRAZ, 2016), que reduzia o que acontecia nas instituições ideológicas, a exemplo da escola, como mera derivação do interesse e da vontade da classe dominante. Mesmo que não hegemônica, nas universidades brasileiras, é importante, ainda assim, destacar a influência que o pensamento

de Poulantzas e de Althusser tiveram para o campo da educação, principalmente as deste último, o qual teve suas obras fortemente estudadas por cientistas sociais que pesquisavam o tema, a exemplo de Pierre Bourdieu, Roger Establet, Jean-Claude Passeron e Christian Baudelot.

Partindo de tal constatação, nossa pesquisa busca, então, contribuir com o debate a partir da seguinte questão: qual é o papel da Escola enquanto aparelho ideológico de Estado nas obras de Louis Althusser e de Nicos Poulantzas?

É popular, o discurso da importância que a escola ocupa na sociedade brasileira e na educação de crianças e adolescentes, fazendo, inclusive, com que propostas do que se deve ser ensinado nas salas de aula se transformem em políticas de campanha eleitoral. Entre as discussões políticas que geralmente envolvem o sistema escolar, há também um discurso muito presente entre governantes brasileiros, ao longo da história, de valorização da escola enquanto papel transformador social.

Como exemplo da importância dada a escola como fonte de transformação social, podemos citar o Plano Político do atual Presidente do Brasil (2018 - 2022), em que Jair Bolsonaro, que tinha entre suas principais bandeiras de campanha a política da “Escola Sem Partido” – na qual buscava pôr fim nas supostas “ideologias” presente nas Escolas Públicas brasileiras, a “ideologia de gênero”, o “marxismo cultural” e as práticas do ensino de orientação sexual¹. Podemos afirmar, também, que em certos momentos da nossa história, como durante parte da ditadura militar brasileira, o investimento em educação foi tratado em discursos de governantes como promessa de desenvolver economicamente o país (FREITAG, 1979).

Estas discussões, presentes no senso comum e de relevância social – como também a exemplo das pesquisas sobre a escola que se vem desenvolvendo por dentro das universidades (SAES, 2013) –, são estudadas e

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/motores-de-bolsonaro-escola-sem-partido-e-ideologia-de-genero-tem-raizes-religiosas.shtml>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

vistas, na maioria dos casos, através de uma perspectiva unicamente institucional, considerando apenas as combinações jurídicas (a LDB e o regimento escolar) e a atuação dos agentes escolares dentro desse espaço.

No entanto, como nos apresenta o professor universitário Décio Saes (2013), há uma metodologia pouco presente dentro da Ciências Sociais brasileira, mas a que possibilita vermos o objeto em questão – a escola – de forma científica, totalizante, e, levando em conta as múltiplas dimensões do processo social, a metodologia desenvolvida pelo filósofo Louis Althusser, de analisar a escola enquanto aparelho ideológico de Estado.

O presente trabalho se propõe a investigar a relação pouco produzida, até então, no nosso país, entre o pensamento de Althusser e Poulantzas, e o que ambos dissertaram sobre o papel da escola nessa sociedade. Isto se dá por entendermos a importância da análise que investiga a educação a partir de uma ótica marxista não economicista, para o desenvolvimento da Ciências Sociais brasileira – não reduzindo os fenômenos ideológicos às relações de trabalho, e sim, partindo do pressuposto das relações sociais serem determinadas por múltiplas determinações, política, econômica e ideológica.

A pesquisa acerca do pensamento de Louis Althusser sobre o papel da escola na sociedade capitalista se torna de extrema importância, visto que ele foi o primeiro pensador a apresentar a escola enquanto sua função de reprodução das relações materiais e sociais da produção, enquanto “aparelho ideológico de Estado” (FREITAG, 1979). Já a revisão bibliográfica do pensamento de Nicos Poulantzas, acerca do papel da escola, se torna fundamental nesta monografia, pois, além do intelectual ter sido contemporâneo de Althusser, partindo de uma metodologia althusseriana em seus escritos (MARTUSCELLI, 2018), Poulantzas compreende que fora a importância já dada do Estado para a reprodução social, como via Althusser – principalmente em *Poder Político e Classes Sociais* (2019), ressaltando a relevância do direito burguês e da burocracia de Estado como os dois principais valores que orientam as práticas dos agentes estatais.

Inserido por completo no caudal do paradigma althusseriano, Poulantzas tem prestado contribuições à temática em tela, justificando-se, assim, o

tratamento conjunto de ambos os autores, como proposto neste trabalho. Em função do exposto, esperamos, também, estar prestando contribuições para a discussão sobre o papel da escola na nossa sociedade, elucidando as motivações ocultas presentes nas relações sociais, nas escolas, desmistificando as visões que o senso comum desenvolve sobre esta instituição.

Temos como objetivo geral do trabalho compreender o sentido que Louis Althusser e Nicos Poulantzas deram para o papel da escola na sociedade capitalista, principalmente quanto a relação desta instituição perante a reprodução social do capitalismo, ou seja, o papel da escola na manutenção ou transformação das relações de produção existentes no capitalismo. Com base no objetivo exposto, são objetivos específicos desta pesquisa, o de identificar as noções gerais da teoria marxista que definem a sociedade capitalista, bem como o de esclarecer o papel da escola na referida sociedade, a partir dos entendimentos de Althusser e de Poulantzas, identificando convergências e divergências entre eles.

O referido estudo, através do método de revisão bibliográfica, analisará as obras *Poder Político e Classes Sociais* (1968) e o prefácio da obra *A Internacional Comunista e a Escola de Classe* (1972), do filósofo grego Nicos Poulantzas; e as obras *Sobre a Reprodução* (1968), *Ideologia e Aparelho Ideológico de Estado* (1969) e *Problemas Estudantis* (1964), do filósofo franco-argelino Louis Althusser, buscando, assim, elucidar o que cada autor dissertou acerca do papel da escola na sociedade capitalista, nas referidas obras.

Estas foram as obras escolhidas para serem revisadas pelo fato de que, segundo Martuscelli (2018), a tese desenvolvida por Althusser, da escola como um aparelho ideológico de Estado, foi elaborada na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, texto que faz parte da obra maior *Sobre a Reprodução*; enquanto a obra *Problemas Estudantis* é o único texto do filósofo que trata, exclusivamente, sobre o tema da escola e da educação. Para delimitar as obras da revisão bibliográfica de Poulantzas, também se recorreu à obra de Martuscelli (2018), em que o professor universitário apresentou os dois textos – *Poder Político e Classes Sociais* e o prefácio do livro *A Internacional Comunista e a escola de classe* – como as obras em que se encontram as principais elaborações de Poulantzas sobre a escola enquanto aparelho ideológico.

No percurso do seu desenvolvimento, a presente pesquisa está dividida, principalmente, em dois capítulos. No primeiro capítulo serão apresentadas as compreensões que serviram como base para o desenvolvimento do pensamento de Althusser e Poulantzas, acerca da escola, apresentando brevemente os referenciais teóricos gerais da metodologia materialista histórica dialética, e as contribuições do marxismo estruturalista sobre Estado, ideologia e reprodução social. Já no segundo capítulo, se apresentará o pensamento de Althusser e Poulantzas, encontrados nos textos em evidência a respeito do papel da escola na formação social capitalista, apresentando, também, as possíveis concordâncias e divergências que possam existir entre os autores, acerca do referido tema.

2. O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO ENQUANTO CIÊNCIA SOCIAL

Analizamos, no presente capítulo, o entendimento que os dois intelectuais centrais da pesquisa em questão tiveram no que concerne o contexto social em que está localizada a instituição destacada nesta pesquisa, a escola. A formação social onde a escola é localizada, nesta monografia, trata, então, da formação social capitalista. Esta que, tanto Louis Althusser², quanto Nicos Poulantzas³, analisam, partem de uma perspectiva marxista, ou, em termos científicos, da teoria materialista histórica dialética.

Da forma como nos apresenta o pensador marxista Armando Boito (2007), o desenvolvimento da teoria marxista, após os escritos de Marx e Engels, foi tão variado, que o único ponto em comum que poderíamos ter entre estas diversas escolas que reivindicam este pensamento, é o fato de compreenderem a necessidade da transição ao socialismo (BOITO, 2007). No entanto, como nos apresenta Boito, o entendimento da teoria marxista, para Althusser e Poulantzas, foi justamente o de encontrar, no marxismo, a metodologia científica materialista histórica dialética, utilizada a partir do arsenal conceitual desenvolvido pela ciência, permitindo que se analise as formações sociais capitalistas e encontre-se as engrenagens que dão a ela o seu real funcionamento.

Foi Althusser, o pensador que, na década de 1960, desenvolveu o tema da relação entre o marxismo e a filosofia, passando a compreender a metodologia desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels como uma

² Louis Althusser nasceu em 1918, na Argélia. Por ter ascendência francesa, foi na França onde morou durante toda sua vida. Em 1948 se tornou professor da Escola Superior de Paris, mesmo ano que ingressou nas fileiras do Partido Comunista Francês. Faleceu em 1990, no entanto, impossível não citar (principalmente pela responsabilidade que temos de denunciar tal atitude execrável cometida) a "primeira morte de Althusser", assim denominado por Cassin, quando, em 1980, assassina sua esposa Hélène Rytman. (CASSIN, 2002)

³ Nicos Poulantzas nasceu em Atenas, 1936. Iniciou seus estudos de Direito na Universidade de Atenas, aos 20 anos de idade. Foi na universidade que Poulantzas, assim como outros marxistas gregos, passaram a fazer a leitura das obras de Jean Paul Sartre, um dos motivos que o fez se mudar e morar em Paris, na maior parte dos anos de 1960 e 1970. Morando em Paris, Poulantzas se tornou professor de Direito na Universidade de Sorbone, onde juntou-se aos editores de *Os Tempos Modernos*, Sartre e Simone de Bovuir, tonando-se escritor da revista. Em sua tese de doutorado publicada em 1964, Poulantzas disserta sobre a filosofia do direito, influenciado pelo existencialismo de Sartre e pelo pensamento de George Lukács e Lucian Goldan, que harmonizavam com o marxismo hegeliano, fortemente presente na França.

Ainda na década de 1970, contrário a retomada hegeliana que influenciava os pensamentos dos marxistas franceses, se aproximou dos fundamentos desenvolvidos por Althusser a partir da concordância com a crítica ao historicismo e ao economicismo. Faleceu em 1979. (SESSIONS, 2019)

verdadeira ciência social. Isto é, a partir da aplicação da teoria, utilizando as ferramentas teóricas (os conceitos obtidos a partir das abstrações da realidade material), pode-se alcançar a lucidez do funcionamento de fenômenos sociais, até então desconhecidos.

Com o objetivo de discutir com as correntes influentes que reivindicavam o marxismo, mas que compreendiam esta contribuição como um guia para ação ou que percebiam o marxismo como uma concepção de mundo, Althusser publica duas obras. A primeira, em 1965, *Pour Marx*, traduzido pela primeira vez no Brasil com o título *A Favor de Marx* (1979), e, mais recentemente, com o título *Por Marx* (2019), enquanto a segunda obra, que avança nesse tema, *Lire Le Capital* (1979) – *Ler o Capital* –, publicada na França no mesmo ano da primeira obra, e contando com a participação de outros filósofos que compartilhavam da mesma metodologia, como Jacques Rancière, Pierre Macherey, Roger Establet e Etienne Balibar.

A partir destas citadas obras e esforços liderados por Althusser, o grupo que reunia suas discussões e produção em torno da Escola Normal Superior de Paris, ficou cunhada como a escola estruturalista do marxismo⁴. O estruturalismo marxista se torna uma “corrente”, por assim dizer, dentro do marxismo, por sua diferenciação das vertentes historicistas e economicistas que acabavam por reivindicar (como continua acontecendo nos até os dias atuais), o campo marxista.

Estas concepções, estranhas ao marxismo, a partir do pensamento althusseriano, teriam em comum a recusa de qualquer tipo de determinação nos acontecimentos sociais, sendo, as ações humanas, um acaso de aleatórias ações postas na história em sucessão (no caso do historicismo). Ou, de, a história como um simples reflexo do que ocorre nas relações econômicas (o economicismo). Como nos mostra Boito (2013), completamente oposto à estas compreensões, o pensamento de Althusser parte de um outro entendimento do que seria o marxismo:

⁴ Da forma como expõe Boito (2007), o estruturalismo citado, aqui, em nada se relaciona com a escola estruturalista que ficou conhecida pelas produções a partir de Lévi-Strauss, mas, sim, o entendimento de que as estruturas sociais determinam a prática social.

O marxismo é uma teoria científica cuja pedras fundamentais, foram assentadas por Marx. É uma teoria da sociedade e da história e, como tal, produz conceitos gerais e conceitos específicos, situados em diferentes níveis de abstração, que compõem uma teoria que busca ser sistemática, distingue-se da análise empírica concreta e é instrumento, sujeito a retificação para a realização dessa análise. (BOITO, 2013, p. 159)

Algo bem diferente de como o marxismo era concebido por Lukács em *História e Consciência* (1974) – como consciência verdadeira do proletariado – ou em Antônio Gramsci, em seus *Cadernos de Cárcere* (2000), concebendo o marxismo como uma concepção de mundo.

Estas concepções, que partem da recusa de uma estrutura que determina, em alguns âmbitos, a ação e, principalmente, a consciência do ser humano, partem, segundo a análise de Althusser, da influência do filósofo Georg Hegel sobre o pensamento do Jovem Marx, que acabaram ganhando notoriedade no marxismo ocidental, durante o século XX. Fase esta, de Marx, que consideravam os textos publicados anteriormente, de *A Ideologia Alemã* (2007), que, em sua maioria, não foi publicada em vida, pelo autor, a exemplo do texto mais conhecido desse período, publicado em 1844, *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (2015).

Influência das obras de Hegel no revolucionário prussiano, seria, como foi apresentado por Boito (2013), fruto da influência da obra *Lições de Filosofia da História* (2008), texto que foi objeto de estudos de Marx, no ano que precedeu a escrita do manuscrito. A aproximação estaria presente no entendimento que, tanto Hegel quanto Marx, no período citado, compreendem que na totalidade social existiria um único fator que daria origem a síntese, o novo (fruto da transformação histórica), a partir do seu autodesenvolvimento contraditório.

Com conteúdos já distintos, mas, com uma similar metodologia, é que Marx se aproxima do problema idealista de Hegel, embora difira da forma como ocorre a determinação na história. No filósofo idealista, o motor da história, a força capaz de transformar a sociedade seria o espírito (a consciência humana), enquanto Karl Marx, durante sua juventude, entendia que o setor da sociedade que cumpriria o papel de motor da história, seria o desenvolvimento das forças produtivas. Nas palavras de Ferraz e Santos (2016):

O que aproxima determinadas correntes marxistas do economicismo/idealismo é a concepção de dialética baseada na ideia de contradição entre dois polos, que resulta na construção de uma totalidade simples, cuja origem está em Hegel. Se em Hegel, a totalidade simples se traduz na Dialética do senhor e do escravo, no marxismo economicista aquele princípio epistemológico aparece na tese da determinação da dinâmica histórica apenas pela contradição entre capital e trabalho. (FERRAZ; SANTOS, 2016, p. 26)

Louis Althusser, apoiando-se, principalmente, nos textos do Marx maduro, escritos na década de 1870, e inspirado no estudo aprofundado de *O Capital* (2015), é quem sintetiza a teoria geral da história a partir da ciência marxista – a materialista histórica –, afim de compreender a teoria geral da história e o materialismo dialético como método científico para desvendar o funcionamento de determinada sociedade, ou, nos termos cunhados por Althusser, a forma como o modo de produção atua em determinado tempo histórico e país, a formação social (BOITO, 2007). Althusser defende, então, que há, sim, determinações que conduzem a ação dos seres humanos e são essas, as estruturas, limitadas pelas relações sociais de produção.

A partir do “Marx maduro” não será mais uma contradição dualista que formará a totalidade social, como acontecia no jovem Marx, embora haja o entendimento da totalidade social composta por múltiplas determinações, sobredeterminações e contradições. É visto, então, seguindo a literatura do “Marx maduro”, que a partir da análise de determinada formação social pode-se privilegiar a influência de algum aspecto social sobre o todo, seja ele econômico, político ou cultural. No entanto, nunca pode-se dissociar todos os elementos que determinam a vida social. Esses aspectos – biológicos, históricos e sociais –, influenciando o ser humano no seu próprio processo de produção da vida material (e não apenas aqueles processos relacionados diretamente com o processo de produção), são o “próprio processo de produção do ser humano como ser histórico” (FERRAZ; SANTOS, p. 29).

Ainda quanto às produções do marxismo maduro, presente em textos de Marx e, também, de Engels – como podemos ver no texto publicado em 1890 –, o pensador, de nenhuma forma, concebe a totalidade social sendo reduzida ao econômico. Embora reconheça a situação econômica como a base, é verdade, nunca deixa de lado as demais influências. Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e

reprodução da vida real, podendo ela receber influência das decisões políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas e outras. Note-se a reflexão:

Segundo a concepção materialista da história, o fato que, em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas política da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida a batalha, a classe dominante redige, etc, as formas jurídicas, e teóricas políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma como fato predominante. (MARX; ENGELS, 1986, p. 285)

Na teoria materialista histórica dialética, a principal determinação de uma sociedade é vista como a sua produção e reprodução da vida real. Nesse entendimento, a cultura e política ganha, também, força material, social e histórica, diferente, inclusive, dos idealistas, como o caso de Feuerbach (1804-1872)⁵, filósofo com quem Marx se preocupou muito em criticar principalmente na obra *A Ideologia Alemã* (MARX, 2007), apesar de que até esta obra, Marx apresentava uma forte influência do pensamento idealista feuerbachiano em seus escritos (ALTHUSSER, 2015).

Segundo as contribuições de Louis Althusser, a base das determinações da sociedade seria fundamentalmente formada pelas determinações da estrutura – no capitalismo, envolvendo a estrutura de classes, a relação dos agentes com a propriedade privada dos meios de produção e a estrutura econômica de produção material –, como também pelas sobredeterminações da superestrutura, abrangendo, então, a política, a cultura, as ideologias e o modo de vida.

O entendimento que o marxismo estruturalista apresentou acerca do materialismo histórico é que não é só o aspecto econômico produtivo que influencia no campo das ideias e do comportamento dos indivíduos, mas, também, a forma como uma certa formação social se relaciona para produzir e reproduzir a sua existência. Afinal, uma determinada formação social também é

⁵ Para o filósofo idealista, é material aquilo que é perceptível aos sentidos. (FEUERBACH, 1988).

sobredeterminada por uma realidade que não se resume à determinação econômica.

A partir desta compreensão, a corrente marxista althusseriana passa a sistematizar suas abstrações acerca do funcionamento social, pensando nesse entendimento uma totalidade social formada pela articulação entre a economia, a política e a ideologia, como níveis (instâncias), funcionando de formas diferentes e, às vezes, contendo defasagens entre uma e outra.

Quanto à instância econômica, já tendo sido desenvolvida por Marx e Engels, em *O Capital*, é cunhada como modo de produção através da teoria estruturalista marxista. Um Modo de Produção, dentre os três já existentes ao longo da história da humanidade – o escravista, o feudal e o capitalista –, teria sempre como parte da produção, no linguajar marxista, as forças produtivas, incluindo, nesse processo, os meios de produção. Isto é, todo maquinário, a tecnologia e as ferramentas de trabalho que, a partir da manipulação do ser humano, transformam determinada matéria prima (extraída da natureza) em um produto útil de alguma forma ao ser humano. Além das forças produtivas, um Modo de Produção é formado, também, pela força de trabalho, ou seja, a força de trabalho humano, o tempo e energia dispendidos pelos trabalhadores que manipulam toda a força produtiva (HANECKER, 1971).

É nesse o entendimento de que Althusser desenvolve o conceito de modo de produção, para, assim, chegar em um conceito ampliado de modo de produção (BOITO, 2013), ao considerar as relações sociais de produção como parte de um modo de produção no qual vivemos: o modo de produção capitalista. Nessa compreensão ampliada de modo de produção, o althusserianismo compreenderia a sociedade como a totalidade, articulando as três principais instâncias: ideológica, econômica e política:

Concebem cada uma dessas instâncias como estruturas particulares e articuladas num todo que eles denominaram todo complexo a dominante para indicar que uma das instancias ou estruturas sempre domina na articulação do todo. É nessa reflexão que Althusser elabora os conceitos de determinação em última instancia e sobredeterminação. (...) A instância econômica determinaria em última instancia a totalidade social, não por ocupar, em qualquer modo de produção, o papel determinante, mas por ser ela que, em cada modo de produção, designaria qual instancia ocuparia a posição dominante. (BOITO, 2013, p. 163)

A partir do entendimento apresentado de Modo de Produção, a realidade social é sobredeterminada pelas esferas econômica, política e ideológica. Assim, ainda que a estrutura econômica seja determinante, em última instância, as três instâncias foram alvo de pesquisa quanto a sua constituição, desde as obras de Marx e Engels, buscando-se desvendar a constituição das três esferas, do todo social.

Sob a busca de desvendar a constituição da instância ideológica, é em *Ideologia Alemã* (2007) que os filósofos comunistas produziram sua crítica àqueles filósofos, tal como Feuerbach e Hegel, que consideram a consciência humana como autônoma das relações materiais, compreendendo os indivíduos como produtos das ideias, e não o contrário, como apresenta a problemática marxista.

Os autores da obra publicada em 1845, foram os que deram uma grande contribuição à filosofia, por denunciar que a ideologia, as ideias que reinam a consciência humana, seria, não mais que um resultado da dominação da classe burguesa sobre a classe operária, que, através da ideologia, torna possível a concretização de interesses particulares de classe (MEDEIROS; GRANATO, 2021). Foi em *Ideologia Alemã* (2007) que os filósofos materialistas cunharam, embora não com estas palavras especificamente, a ideologia como uma “falsa consciência”, conotando o conteúdo não real que estas abstrações da realidade produzem na mente humana.

Já em 1859, dando continuidade à sua pesquisa sobre a instância ideológica, Marx publica o texto Prefácio da *Crítica à Economia Política* (2015), reconsiderando, assim, o sentido dado por ideologia na obra escrita junto a Engels (1845). A partir do Prefácio, os pensadores passam a considerar a ideologia como um “sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante por meio de uma representação ilusória das relações econômicas ante as classes populares” (MEDEIROS; GRANATO, 2021, p. 123). A grande contribuição de Marx, quanto ao tema da ideologia, nesta obra, é extremamente condizente com a realidade em que o indivíduo vive, as suas relações de existência. Justificando, assim, a realidade vivida pelo indivíduo, nessa dimensão ideológica, concebe-se uma representação da prática social que encontra coesão na forma do Estado (MEDEIROS; GRANATO, 2021), o que

posteriormente será o significado que Althusser e Poulantzas vão retomar, devido ao fato de que os filósofos estruturalistas compreendem que a ideologia que penetra a consciência das classes dominadas, sem qualquer simplificação, não é definida como uma mera mentira criada pela classe dominante.

Em *Poder Político e Classes Sociais* (2019), Nicos Poulantzas disserta ser a ideologia a estrutura do modo de produção capitalista, partindo da observação de que a ideologia é a representação ideal das condições, para o modo de produção atuar, e as relações de exploração continuarem se reproduzindo. Ao reconhecer a existência de uma ideologia dominante que está cumprindo o papel de estrutura, Poulantzas também reconhece a existência de outras regiões ideológicas (moral, religião, filosofia, economia, estética, etc...), sendo, dentre as existentes, a ideologia jurídica-política, a que acaba assumindo o papel dominante nas formações sociais capitalistas.

Dada a compreensão de Poulantzas acerca da ideologia, esta não tem função de apresentar um conhecimento verdadeiro aos sujeitos, ou de esclarecer a existência dos fenômenos, até então desconhecidos, assim como faz a ciência. Em *Poder Político e Classes Sociais* (2019), o papel da ideologia é entendido como oposto àqueles citados, sem qualquer objetivo de proporcionar um maior nível de conhecimento aos agentes. Assim, a ideologia busca “inserir de alguma forma em suas atividades práticas que suportem essa estrutura” (POULANTZAS, 2019, p. 214), fazendo, dessa forma, com que o indivíduo continue com sua visão opaca do todo social. Essa função de manter opaca as engrenagens do funcionamento da sociedade, da qual o indivíduo faz parte, carregaria a ideologia dominante de Estado e, com ela, o conjunto de representações, valores, noções, crenças e outros, buscando, assim, perpetuar a dominação e a exploração de classe.

A ideologia que melhor cumpre esta função de perpetuação na formação social capitalista, segundo as elaborações de Poulantzas, é, então, a ideologia jurídico-política. Esta dominância, produzindo um efeito único na história da humanidade, “de forma a criar os efeitos específicos – efeito de isolamento (o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção) e efeito unidade (unificação desses mesmos indivíduos no burocratismo)” (MEDEIROS; GRANATO, 2021, p. 128). Analisando o primeiro efeito, a ideologia jurídico-

política (principalmente nesse caso, a ideologia jurídica, o direito capitalista) teria o seu impacto sobre as relações sociais de produção, tida como uma “condição indispensável de existência e de funcionamento do M.P.C e de uma formação capitalista” (POULANTZAS, 2019, p. 216).

O efeito de isolamento marcaria a individualização do sujeito na formação social capitalista, que, apesar do proletariado ser uma classe social no campo econômico, ao ser uma classe expropriada de seus meios de produção – sendo, o trabalhador, obrigado a vender sua força de trabalho para manter sua existência, no capitalismo, ou seja, se submeter a exploração capitalista, passando por este efeito de isolamento –, o trabalhador deixa de se ver como classe, ao mesmo tempo que cria as condições ideológicas para se sujeitar a essa relação de trabalho tão injusta, como a capitalista, marcada, necessariamente, pelo roubo da força de trabalho do proletário, através da mais-valia⁶:

Trata-se da constituição, entre outros, dos “indivíduos-pessoas” políticas, dos “sujeitos do direito”, “livres” e “iguais” entre si etc., que tornam possível o funcionamento das estruturas juridico-políticas, permitindo o contrato de trabalho – compra e venda da força de trabalho -, a propriedade privada capitalista (o papel dessa ideologia, como condição de possibilidade da relação jurídica de propriedade) é particularmente importante), a generalização das trocas, a concorrência etc. (POULANTZAS, 2019, p. 217)

Ainda no campo da teoria desenvolvida por Poulantzas, os sujeitos, atomizados na formação social capitalista, parecem poder alcançar sua existência social, unicamente através da existência da política capitalista, e é aí que entra a segunda parte da ideologia jurídico-político. Estado é apresentado como uma instituição aberta a todos indivíduos, podendo qualquer sujeito, independente da classe social, se candidatar e também votar, assim, decidindo, aparentemente, o destino do Estado-nação, na ideologia política do capitalismo.

O Estado-nação aparece, então, na compreensão poulantziana, como uma forma de manter a coesão do modo de produção capitalista, ao, após ter produzido o efeito de isolamento através do direito burguês, a ideologia

⁶ Cunhado por Karl Marx, mais valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador durante o processo de produção e o que é pago ao trabalhador em forma de salário, este sobreproduto, que acaba por ser apropriado pelo dono dos meios de produção, o burguês. (MANDEL, 2006).

dominante não permite a tomada da decisão do trabalhador nas relações de produção, de modo que transfere ao Estado (dele participante, a burocracia de Estado, o congresso nacional e o direito burguês) o campo político aberto a participação política popular, apartado das relações de produção.

No entanto, como nos mostra Poulantzas, esse efeito de representação da unidade, cria a ilusão dos indivíduos serem cidadãos reunidos através de uma organização com amplos interesses em comum, o povo-nação, ao mesmo tempo que esta unidade mantém, sem possibilidade de mudança através desta estrutura, a propriedade privada dos meios de produção.

No entendimento poulantziano, o Estado tem a proeza de, na formação social capitalista, tornar universal os interesses estritamente da classe dominante:

Nas obras de maturidade, notadamente n`O 18 Brumário, Marx assinala esse papel da ideologia no aparelho burocrático moderno. Este se apresenta não diretamente como um aparelho de dominação de classe, mas como a “unidade”, o princípio de organização e a encarnação do “interesse geral” da sociedade, o que tem alias incidências capitais sobre o funcionamento concreto do aparelho burocrático: ocultação permanente do saber no seio desse aparelho pela mediação de regras hierárquicas e formais de competência, mediação que só é possível pelo aparecimento da ideologia jurídico-política burguesa. (POULANTZAS, 2019, p. 219)

Apresentado o período e obras que Nico Poulantzas e Louis Althusser defendem a mesma epistemologia, o período do marxismo estruturalista, vale destacar que após o período apresentado, tanto Althusser em *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* (ALTHUSSER, 2005) como Poulantzas em *O Estado, o Poder e o Socialismo* (POULANTZAS, 1981) vão negar a metodologia materialista histórica dialética, defendida até então.

Sob a tarefa de desvendar o funcionamento da reprodução da formação capitalista, é que Althusser publica *Sobre a Reprodução* (1999) e *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1969), anunciando buscar dar continuidade a teoria defendida por Marx, no livro II d'O *Capital* (2019), na qual, se uma formação social não reproduzir as condições para a produção, simultaneamente ao momento que produz, rapidamente padecerá.

O filósofo, nestas obras, assim como em *Por Marx* (2015) e *Ler o Capital* (1979), continua aplicando a ciência marxista e, assim, compreendo que a

prática produtiva existente está inculcada na consciência cotidiana, tornando a consciência humana deformada. Se propondo a explicar as condições e mecanismos de reprodução dos próprios meios de produção, Althusser disserta que, aparentemente, é o nível da própria empresa que a reprodução proporciona as condições materiais de produção, no entanto, são, para o autor, um mero efeito.

Efeito, pois, para o filósofo francês, o que acontece na empresa é parte do processo global, surgindo uma relação de reciprocidade de um fio sem fim, presente nas relações de circulação do capital entre os produtores dos meios de produção(*), a produção dos bens de consumo (*) e a realização de “mais-valia” (*), tornando necessária a reprodução das condições materiais de produção, a partir da demanda que um setor traz ao outro.

Ao compreender a reprodução da força de trabalho, Althusser também parte do entendimento de que essa relação passa por fora da empresa em que essa força de trabalho está localizada. Para o filósofo, esta reprodução das forças de produção está assegurada, basicamente, pelo salário que o trabalhador receberá.

Mesmo que seja uma porcentagem muito pequena do valor que está produzindo, o trabalhador tem de ter uma renda para sustentar a si próprio e a sua família e, no capitalismo, esta é a base para assegurar que a força de trabalho continue se reproduzindo, da mesma forma que o meio de subsistência para que o trabalhador e seus filhos continuem existindo, através do salário (o salário, tendo seu valor variável pela necessidade histórica do proletariado em confronto com a classe dominante).

Louis Althusser retoma a concepção dada por Marx de “todo social”, conceito que designa a constituição de níveis ou instâncias articuladas em uma determinada forma específica na estrutura (base econômica), como também na superestrutura. A infraestrutura para, o intelectual, seria o espaço onde se passa a atuação das forças produtivas e as relações de produção, enquanto na superestrutura, atuam as instituições jurídico-políticas, o Estado e o direito, como também a ideologia (todas as ideologias: a religiosa, a moral, a jurídica, a política, etc.).

Toda “formação social” depende de um “modo de produção dominante”. No intercâmbio entre as relações de produção e as forças produtivas, que forma a infraestrutura, são as primeiras que desempenham o papel determinante. E, no conjunto do modelo, é a infra-estruturua (*sic*) e não a superestrutura (“Direito, Estado, Ideologias”) que é determinante em última instancia. (ALTHUSSER, 1999, p. 44)

Althusser, para ilustrar a relação marxista entre infraestrutura e superestrutura recorre a “metáfora do edifício”. Nesta metáfora, a base do edifício seriam as relações de produção que sustentariam as relações superestruturais, representadas pelos outros andares do edifício. No entanto, o pensador argumenta que as relações superestruturais, ou seja, aquelas que não envolvem a produção, mas sim relações distintas – envolvendo comportamento social, político e jurídico dos indivíduos –, só pode ser explicado do ponto de vista da reprodução. Dessa forma, o filósofo francês se propõe a analisar o Estado, o Direito e a ideologia, não negando a metáfora apresentada, mas buscando uma resposta que a ilustração do edifício não é capaz de dar.

Como árduo estudioso de Karl Marx, Louis Althusser recorre ao que já foi escrito pelo filósofo alemão, sobre o Estado enquanto instância reprodutiva, chegando a conclusão de que o Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes assegurarem sua dominação sobre a classe operária, afim de garantir a exploração capitalista, a exemplo do exposto na obra clássica de Marx, *18 Brumário* de Napoleão Bonaparte (2015), como também pelo escrito de Vladimir Lenin, em *O Estado e a Revolução* (2009).

Na leitura feita pelo intelectual francês, dos clássicos marxistas citados, o Estado capitalista seria principalmente o “aparelho de Estado”; o governo, a administração; as prisões, os tribunais, o exército e a polícia, sob controle do governo e da administração do Estado, estas organizações sociais, cumprindo essencialmente as tarefas jurídicas, incluso nessas tarefas, a polícia, os tribunais, o exército:

A unidade geral do Sistema de conjunto dos Aparelhos de Estado é garantida pela unidade da política de classe da classe que detém o poder de Estado e da Ideologia de Estado que corresponde aos interesses fundamentais da classe (ou das classes) no poder. Política da classe no poder e Ideologia de Estado (ideologia dominante = ideologia da classe dominante) têm como objetivo garantir as condições da exploração das classes exploradas pelas classes dominantes, antes de tudo, a reprodução das relações de produção

nas quais se efetua essa exploração já que essas relações de produção são as relações de exploração da formação social de classe considerada. (ALTHUSSER, 1999, p. 119)

Partindo da concordância que, de fato, o Estado existe à serviço da dominação de classe e que toda democracia dentro desse Estado seria ainda uma ditadura de classe, o Estado,, para Althusser (1989) estaria dividido entre “Poder de Estado”, isso é, a classe ou fração de classe que está no poder, sendo esse poder o centro da luta de classes; e de outro lado, o “Aparelho de Estado”, a instituição que permanece intacta, mesmo com a mudança da classe que está no poder. Para a filosofia althusseriana, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1989), a diferença entre Poder de Estado e o Aparelho de Estado está no fato de que a classe detentora do Poder de Estado colocará o Aparelho de Estado em função dos seus interesses de classe.

Foi, então, no texto publicado em 1969, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, que o filósofo francês apresentou o conceito, ausente, até então, no materialismo histórico dialético, de aparelhos ideológicos de Estado. Estes aparelhos são as instituições, privadas ou públicas, que além de não existirem principalmente através da violência – como também não estão inteiramente sob domínio público como estão os aparelhos repressivos do Estado –, os Aparelhos ideológicos de Estado – dentre eles os aparelhos ideológicos de Estado religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, da informação e o cultural –, apesar de também atuarem pela violência, atuam principalmente através da ideologia.

Althusser concluiu que a manipulação e domínio dos Aparelhos Ideológicos de Estado não são processos tão mecânicos, como acontece nos aparelhos puramente repressivos. Dentro desse entendimento, os Aparelhos Ideológicos de Estado passam a ser, não só alvo, mas também local da própria luta de classes. Esse domínio mais complexo da classe dominante sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado é justificado por,, pelo menos dois motivos: o principal é a manutenção de posições, pregada por tanto tempo pelas antigas classes dominantes que ainda permanecem; enquanto o outro motivo é a resistência das classes exploradas, que encontram nos Aparelhos ideológicos de Estado formas de lutar por suas posições de combate, ou, até mesmo, utilizando-se das contradições presentes em cada aparelho ideológico, para lutar por seus interesses de classe.

Falando da luta de classes nos aparelhos ideológicos de Estado, diz respeito apenas à superestrutura, a qual é determinada e secundária, e não determinante em última instância. É a infraestrutura que é determinante em última instância. O que se passa, ou pode se passar, na superestrutura depende, portanto, em última instância do que se passe (ou não) na infraestrutura, entre as forças produtivas e as relações de produção: é aí que está enraizada a luta de classes – e compreende-se então que esta transborde infinitamente as formas dos aparelhos ideológicos de Estado através das quais ela se torna visível. (ALTHUSSER, 1999, p. 185)

Recorrendo aos estudos de Spinoza, Karl Marx e Freud, Louis Althusser contribui para o conceito de ideologia desenvolvida dentro do campo marxista, adicionando o conceito de “interpelação” a esse campo. Para o pensador franco-argelino, o objetivo principal da ideologia é interpelar os seres humanos presentes na formação social, os transformando, de indivíduos em sujeitos.

Ser interpelado, segundo o ex-militante do Partido Comunista Francês, não é uma escolha do ser humano. Isso porque, antes mesmo de nascer, a criança já é permeada pela ideologia (parental, familiar, maternal, conjugal, fraternal). Quando nasce, já tem um nome institucional, já é identificado quanto ao gênero que representará (menino ou menina), assim como passará pelos rituais de criação e de educação familiares, momentos da infância denominados de “pressão e pré-designação ideológica” (ALTHUSSER, 1989).

Althusser mostra ao leitor que, presente na própria origem epistemológica da palavra, um *sujeito* é formado, necessariamente, por sua *sujeição*. Esta interpelação, correndo em todos os aparelhos ideológicos de Estado, cada um guiado por suas prática e rituais.

O filósofo franco argelino conclui, então, que toda estrutura de ideologia atua como interpeladora do indivíduo enquanto sujeito e, finalizado esse processo, o caminho comum, seguido na maioria dos casos, é dos sujeitos “andarem sozinhos”. Uma vez inserido nas práticas regidas pelos rituais dos Aparelhos Ideológicos de Estado, reconhecem o estado de coisas que existem materialmente em suas vidas e entendem que a verdade é, assim, dessa maneira, e não de outra maneira. Deve-se, então, obedecer a Deus, ao padre, ao presidente, ao patrão.

Aqueles sujeitos, exceções, é verdade, que acabam não “andando sozinhos” enquanto submissos, salienta Althusser, acabam provocando a

intervenção do aparelho repressivo do Estado. Estes casos são exceções, pois como o próprio autor salienta, o sujeito está posto sempre a uma dualidade: por um lado, uma subjetividade livre por ser responsável por seus atos e, por outro lado, um ser submetido às autoridades e, conseqüentemente, não restando outra opção a não ser de aceitar livremente, a sua submissão. Nas palavras do intelectual:

O indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente as ordens do Sujeito, portanto para que aceite (livremente) a sua sujeição, portanto, para que realize sozinho os gestos e os atos da sua sujeição. Só existem sujeitos para e pela sua sujeição. Por isso andam sozinhos. (ALTHUSSER, 1989, p. 113)

3. O CAPITALISMO, O ESTADO E A ESCOLA SEGUNDO LOUIS ALTHUSSER E SEGUNDO NICOS POULANTZAS

Mesmo que, atualmente, presente em todos os países e acessível para, pelo menos, parcela significativa dos jovens, a Escola, no formato em que conhecemos hoje – obrigatória e aberta para toda a população – surgiu, apenas, no século XVIII, coincidindo com o período de surgimento do próprio capitalismo. Este fato fez com que a escola fosse a principal organização social responsável pela educação dos jovens, substituindo o papel, até então, atribuído com exclusividade a Igreja e a família.

No capítulo I, examinamos as características universais das sociedades capitalistas, suas engrenagens e determinações a partir da ciência materialista histórica dialética. Tendo já destacado a relação existente no surgimento da Escola e da formação social capitalista, pesquisaremos a função que a Escola cumpre na sociedade capitalista, segundo o pensamento dos dois principais pensadores do estruturalismo marxista, Louis Althusser e Nicos Poulantzas.

Dos dois pensadores citados, foi Althusser quem mais discutiu o papel da escola dentro da formação social em que vivemos hoje, principalmente, nos seus textos *Sobre a Reprodução*⁷ (1969), *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970) e *Problemas estudantis* (1964), enquanto Poulantzas desenvolve esta discussão em alguns momentos da sua principal obra, em sua fase estruturalista, *Poder Político e Classes Sociais* (1969), assim como no texto Prefácio da obra *A Internacional Comunista e a Escola de Classe, a Escola em Questão* (1977).

Antes de apresentar, exatamente, o que os referidos autores compreenderam acerca das características universais da escola na sociedade capitalista, é importante ressaltarmos que tal abstração – encontrar as características, presentes na nossa sociedade, que determinam o funcionamento da escola ou encontrar as características universais da escola à serviço da reprodução social – só é possível sob o método materialismo histórico

⁷ *Sobre a Reprodução* é uma grande obra que pretende responder como se dá a reprodução das relações de produção dentro do capitalismo, da qual foi retirado o texto de sucesso, publicado em 1970, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. *Sobre a Reprodução* permaneceu enquanto manuscrito durante toda a vida de Louis Althusser, sendo publicado integralmente pela primeira vez, apenas em 1995.

dialético. Esta nossa busca seria impossível, assim, se fôssemos analisar a escola sob as perspectivas liberais, aquelas que buscam produzir um conhecimento sobre a Escola a partir de pesquisas empíricas, baseada no descritivismo (SAES, 2012, p. 282), em que seria designado o funcionamento da escola através do que é entendido pelos seus próprios agentes escolares, assim como a partir das legislações que regem estas instituições.

Os filósofos marxistas compreenderam, então, que o princípio do funcionamento – e o que sempre será reproduzido enquanto houver capitalismo – é a sua forma de produção, o Modo de Produção Capitalista. Os marxistas em discussão na presente monografia, Althusser e Poulantzas, já partem do entendimento de que há limites colocados pela estrutura capitalista (o seu modo de produção) à seus sujeitos. Ou seja, já partimos da primeira conclusão concordante: a escola, na sociedade em que vivemos, existirá na sociedade estruturada sobre o vértice da propriedade privada dos meios de produção, a única forma de produção juridicamente legal, nessa formação social. Como feito, já no primeiro capítulo expusemos a metodologia materialista histórica dialética do pensamento de Poulantzas e Althusser, para desvendarem o funcionamento da sociedade capitalista. Exporemos, nas próximas linhas, o que cada pensador discorreu sobre a natureza da escola, na formação social já apresentada.

Como visto no primeiro capítulo, na década de 1960, uma das grandes contribuições do pensamento de Althusser para o marxismo, foi justamente compreender que o Estado como organização social da classe dominante (como já haviam entendido, Marx, Engels e Lenin) não tinha sua sustentação garantida apenas pelos seus meios repressivos. Para o filósofo, a dominação de classe se garante, sobretudo, pela ideologia que permeia os indivíduos, através das práticas nos Aparelhos Ideológicos, fator que faz com que os sujeitos, no capitalismo, não necessitem ter sempre “um policial o seguindo individualmente” (ALTHUSSER, 1999, p. 76) para cumprirem os passos necessários a perpetuação desse modo produtivo.

Segundo o filósofo francês, as características apreendidas, tanto aos agentes da exploração como aos explorados, podem se dar em outros aparelhos ideológicos de Estado, tais como a família, a Igreja, o exército e até no estádio de futebol. No entanto, a exclusividade da escola, é a que o faz ser o aparelho

ideológico dominante⁸, ou seja, o fato de só a escola dispor tanto tempo disponível na vida da criança e do jovem, de maneira obrigatória – 5 a 6 dias, numa semana, por cerca de 8 horas diárias (ALTHUSSER, 1999, p. 169).

Os Aparelhos Ideológicos de Estado, conceito desenvolvido por Louis Althusser, seriam, nesse entendimento, as organizações sociais responsáveis por “convencer” os sujeitos, nascidos em uma formação social capitalista, a se submeterem e reproduzirem (mesmo que, na maior parte do tempo, de maneira inconsciente) a Ideologia de Estado, pilar do modo de produção capitalista, a denominada de “Ideologia Primária”, por Althusser. Ao mesmo tempo que há a reprodução da “ideologia primária” nos aparelhos de Estado, o filósofo compreende que os Aparelhos Ideológicos de Estado também reproduzem a “Ideologia Secundária”, aquela produzida especificamente por cada aparelho ideológico, ao mesmo tempo que, ainda, subordinada a Ideologia de Estado:

É necessário distinguir entre os elementos determinados da ideologia de Estado que, por um lado, se realizam e existem em determinado Aparelho, e suas práticas, e por outro, a ideologia que é “produzida”, no amago desse Aparelho, por suas práticas.

Para marcar essa distinção na linguagem, a primeira Ideologia será designada por Ideologia Primária, e a segunda, subproduto da prática em que é realizada a Ideologia Primária, será denominada ideologia secundária, subordinada. (ALTHUSSER, 1989, p. 110)

O escrito em que Althusser apresenta o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, até então inédito, é *Sobre a Reprodução* (escrito em 1969, tendo ficado como manuscrito durante a vida do autor) e *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, publicada em 1970. Nas concepções apresentadas pelo pensador, as instituições presentes na nossa sociedade, públicas ou privadas, oficiais ou não, seriam tratadas enquanto aparelhos de Estado, espaços onde se perpassam as práticas sociais, estas cheias de ideologia e responsáveis pela reprodução da ideologia dominante (ALTHUSSER, 1999, p. 105).

As referidas instituições, se tratadas de maneira individual, segundo Althusser, demonstrarão, de fato, a aparência de uma instituição comum, com seus agentes seguindo as combinações tomadas de maneira democrática; no

⁸ Apesar de Althusser reconhecer que o aparelho ideológico dominante de fato, na sociedade capitalista, seja o escolar, o intelectual também compreende que a classe burguesa tenta aparentar ser o aparelho ideológico de Estado político o dominante, vendendo a ideia de que a formação social capitalista é controlada pelo sufrágio universal e pela democracia parlamentar, discurso combatido pelas elaborações marxistas. (ALTHUSSER, 1999)

entanto, ao passarmos a observar que estas instituições são “peças” de um sistema maior, compreenderemos que cada peça desse sistema é essencial para a reprodução de certas ideologias, na formação social capitalista. A partir disso, as escolas de diferentes graus, do Primário ao Superior, de distintos institutos, formariam o Aparelho Ideológico Escolar, isto é, esta análise só é possível se analisada, não a escola de maneira isolada, mas todo o contexto social em que ela está inserida:

Uma Igreja, uma Escola, um partido não constituem cada qual um Aparelho ideológico de Estado, mas uma peça de sistemas diferentes que designamos por Aparelhos ideológicos de Estado: o sistema religioso, o sistema escolar, o sistema político, etc. (ALTHUSSER, 1999, p. 111)

O conceito desenvolvido por Althusser, Aparelho Ideológico Escolar de Estado, é repleto de significados, podendo, através, apenas, da compreensão do que estas palavras juntas querem dizer, desvendar o princípio do entendimento da escola, em seu pensamento. Quando é dito que a Escola é um “Aparelho Ideológico”, segundo o arsenal teórico althusseriano, é revelado que a escola atua principalmente através da ideologia, isto é, a principal característica da escola, na formação social capitalista, é inculcar certos conhecimentos nos sujeitos presentes nesta instituição, onde, mesmo que seja reconhecido que haja movimentos coercitivos, punições, reprovações e castigos (ALTHUSSER, 1999)⁹ – pelo fato da escola ocupar um papel quanto a penetração de certas ideias na consciência e comportamento dos agentes, focos desta instituição (os alunos) –, a escola é considerada, assim como a Igreja, a imprensa, os sindicatos e outras organizações sociais, um aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1999).

Ao analisar a segunda parte do conceito de Aparelho Ideológico Escolar de Estado, o que geralmente provoca mais dúvidas ao leitor é considerar o Aparelho Escolar como “de Estado”, principalmente pelo sentido científico e não comum que é conotado por Louis Althusser. Pela própria consciência que

⁹ Importante salientar que, segundo Althusser, assim como o Aparelho Repressor de Estado, todos os Aparelhos Ideológicos também reproduzem certas ideologias em suas práticas, em menor ou maior grau, cumprem um papel coercitivo: “Da mesma forma, pode-se dizer, mas inversamente, que os Aparelhos ideológicos de Estado, por sua conta, funcionam maciçamente, de maneira predominante, por meio da ideologia, embora funcionando secundariamente por meio da repressão, nem que fosse, no limite, e somente no limite, muito atenuada e quase simbólica.” (1999, p. 112).

permeia o senso comum, temos a intuição de relacionar a expressão “de Estado” a algo público, promovido pela administração do Estado capitalista e gratuito, para a pessoa que quiser usufruir. No caso da escola, ainda espera-se ser obrigatório, aos jovens – em exceção àqueles que escolham o ensino privado – , tema que o pensador em destaque trata de desvendar, na obra *Sobre a Reprodução*:

Dissemos e repetimos que uma instituição não é um Aparelho ideológico de Estado. O que faz um Aparelho ideológico de Estado é um sistema complexo que compreende e combina várias instituições e organizações, e respectivas práticas. Que sejam todas públicas ou todas privada, ou que umas sejam públicas ou privadas, trata-se de detalhe subordinado, já que o que nos interessa é o sistema que constituem. Ora, esse sistema, sua existência e sua natureza não devem nada ao Direito, mas uma realidade completamente diferente que designamos por Ideologia de Estado. (ALTHUSSER, 1999, p. 108)

Dizendo que o aparelho em questão, o escolar, assim como os demais aparelhos, é “de Estado”, Althusser não quer dizer, em nada, que essa instituição é promovida pelo empresário privado ou pelo Estado capitalista. Ambos os aparelhos, por buscarem sua própria reprodução, estarão sempre favoráveis a reprodução do Estado Capitalista. Sobre a falsa distinção entre público e privado, o ex-professor universitário em questão, disserta sobre a questão, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*:

A distinção entre o público e o privado é uma distinção interior ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) em que o direito burguês exerce os seus poderes. (...). Pouco importa que as instituições que os realizam sejam públicas ou privadas. O que importa é o seu funcionamento. (ALTHUSSER, 1989, p. 46)

Ao estar à serviço da reprodução do capitalismo e, então, à serviço também da ideologia de Estado, a Escola cumpre a função de reproduzir a “ideologia primária”, de submissão dos sujeitos a ideologia jurídico-política. O aparelho ideológico escolar, então, reproduz as “ideologias secundárias” em suas práticas, aquelas ideologias produzidas pelo próprio aparelho escolar, perpassadas pela luta de classes reformistas enquanto não se vive uma situação revolucionária – quando a classe dominante estiver em riscos de perder seu privilegio enquanto classe exploradora –, muito funcionais à reprodução das relações de produção capitalistas.

Ao desvendarmos a função específica, destacada por Louis Althusser, quanto ao Aparelho Ideológico de Estado Escolar, já podemos chamar a

atenção, e muito, para a primeira peculiaridade deste aparelho, na sociedade em que vivemos. Isso acontece, pois, segundo o exposto pelo filósofo, nas formações sociais anteriores à capitalista, as indústrias, o maquinário e a complexidade do processo de trabalho não eram tão grandes, se comparados, como passou a ser a partir do surgimento das grandes indústrias capitalistas.

O pensador marxista, então, expõem que na formação social capitalista, com o aprimoramento das técnicas de trabalho, é necessária uma maior qualificação da força de trabalho vendida pelo trabalhador explorado, e dessa forma, a qualificação para preparar o trabalhador – para ser futuramente explorado –, não acontece mais no próprio processo de produção, como acontecia nas sociedades anteriores; agora ocorre previamente ao proletário assumir seu posto de trabalho, e a Escola é a encarregada de dar os ensinamentos necessários para o proletariado cumprir bem sua função (ALTHUSSER, 1964).

Observe-se a necessidade que a formação social capitalista possui, quanto a qualificação da força de trabalho, desempenhada pela escola, na primeira revolução que a burguesia toma o poder de Estado. Com o advento da Revolução Francesa, Althusser compreende ter havido a passagem do Poder de Estado, que estava nas mãos da aristocracia feudal, para a burguesia capitalista comercial e, com isso, a mudança dos aparelhos ideológicos prioritários (ALTHUSSER, 1999, p. 166). O filósofo disserta que, ao ascender ao poder, a burguesia capitalista comercial começou a enfraquecer o principal aparelho ideológico da formação social anterior e, a partir de uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico dominante, cria seus próprios aparelhos ideológicos, transformando a Escola no principal aparelho ideológico, na formação social capitalista.

No período histórico pré-capitalista que estamos examinando em traços largos, é absolutamente evidente que existia um Aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, a qual concentrava em si não só as funções religiosas, mas também escolares, e uma grande parte das funções de informação, “cultura” e atividade editorial. Toda a luta ideológica do século XVI ao XVIII, desde o primeiro abalo provocado pela Reforma, concentrou-se em uma luta anticlerical e antirreligiosa, em função da posição dominante do Aparelho ideológico de Estado religioso. (ALTHUSSER, 1999, p. 165)

Althusser chega a expor, inclusive, uma metáfora, em que a ideologia capitalista seria como um concerto composto por uma partitura única (embora, às vezes, atrapalhada por contradições oriundas das antigas classes dominantes, e do proletariado e suas respectivas organizações); nesse concerto há um aparelho (o maestro) que desempenha uma posição dominante, às vezes, aparentemente silenciosa: eis que esse “maestro” seria a Escola (Althusser, 1999, p.168). Embora, segundo o pensador francês, os conhecimentos inculcados, tanto aos agentes da exploração como aos explorados, possam ser aprendidos em outros aparelhos ideológicos de Estado – tais como a família, a Igreja, o exército e até no estádio de futebol –, a exclusividade da escola é que a torna o aparelho ideológico dominante, o fato de só a escola dispor de tanto tempo na vida do indivíduo em formação (ALTHUSSER, 1999, p. 169).

Althusser chama a atenção, então, para o aparelho ideológico escolar, não só porque há o processo de submissão à ideologia dominante, e qualificação técnica aos explorados, mas porque há os mesmos processos, também, com os futuros agentes da exploração e opressão. Estes agentes cumprem o papel da repressão – cheios de ideologia para saber mandar e falar aos operários –, sabem mandar e obedecer sem questionar ordens, desenvolvendo até mesmo as características morais que sejam necessárias e um comportamento correspondente com o que se espera deles, quando ocupam determinado posto na produção. Nos casos dos postos de domínio, que tenham em sua moral, “cinismo, desprezo, altivez, segurança”; enquanto as “virtudes” morais que se espera que desenvolva, um bom futuro proletário, seria a “modéstia, a resignação e a submissão” (ALTHUSSER, 1989, p. 66).

Quanto a subordinação ideológica à classe dominante que a Escola provocaria aos alunos (independente da classe oriunda), para Althusser, há duas principais formas de transmissão à estes: a primeira, mais presente dentro de sala de sala e mais difícil de identificar enquanto ideológica – justamente por seu véu técnico –, é o saber denominado de “savoir-faire”, pelo pensador, expostos enquanto saberes práticos (envoltos de ideologia dominante), a exemplo do ensino da linguagem formal, do cálculo, da história, das ciências e da literatura; a segunda forma de transmissão da ideologia dominante na escola, desenvolvido no pensamento althusseriano, é através de concepções morais,

filosóficas e cívicas, em que a ideologia aparece de forma mais aparente, aos olhos dos sujeitos (ALTHUSSER, 1989, p.46).

A denominação dada pelo autor de *Ideologia e Aparelho Ideológico de Estado*, dos conhecimentos tratados na escola como “savoir-faire”, já revelaria a crítica feita por Althusser ao tipo de conteúdo nada científico, trabalhado dentro das salas de aulas:

Na Escola, e na maior parte do tempo, na Universidade, não se aprende “a ciência”. Aprende-se, essencialmente, a “resolver problemas” ou fazer “trabalhos práticos”. Isso não é a “ciência”, mas determinados elementos de método e resultados científicos que são outros tantos efeitos secundários da ciência viva. Digamos que esta só existe na pesquisa científica (seria necessário comentar detalhadamente essa simples frase): para indicar com uma palavra a diferença, digamos que o caráter próprio da ciência viva consiste não tanto em resolver, mas em levantar problemas que devem ser resolvidos. A ciência que se aprende nas Escolas e universidades limita-se, portanto, a técnicas de manipulação e utilização de certos métodos e resultados científicos completamente desligados da “vida” dos mesmos. É a razão pela qual determinados “savoir-faire”, certas técnicas elementares e elementos, até mesmo relativamente aprofundados, de conhecimento científico podem ser classificados sob um único conceito. (ALTHUSSER, 1999, p. 75)

Quanto ao papel de qualificação da força de trabalho que a Escola cumpre, segundo Althusser, já possui uma função tão precisa de seleção, que formará os sujeitos de acordo com o conhecimento e tempo de qualificação escolar, correspondente ao papel que desempenhará na divisão técnica-social do trabalho. Segundo esta linha de raciocínio, a inculcação promovida pela Escola termina, para uma grande parte dos jovens, aos seus 16 anos de idade, quando estes caem no trabalho produtivo, como jovens operários ou pequenos burgueses, aprendendo o necessário para venderem sua força de trabalho não tão qualificada, cumprindo funções mais manuais – geralmente, como operários ou pequenos camponeses (ALTHUSSER, 1989, p.64).

Aos jovens que continuarem sua escolarização após os 16 anos, a exemplo da forma que disserta Althusser, grande parte se torna quadros médios e da pequena burguesia, enquanto uma pequena parte conseguirá chegar no topo da escolarização, estes resguardados por uma origem social que os possibilitará (durante o período de estudos) não serem explorados, pela venda da força seu trabalho, a exemplo do que o pensador marxista discorre, no texto *Problemas Estudantis (1964)*:

Os estudantes do Ensino Superior, quer dizer os estudantes que deviam, em sua grande massa, (com exceção de uma minoria muito pequena) recursos econômicos a seus pais, para prosseguir seus estudos além do secundário, podem geralmente subsistir, (sob a reserva da distribuição de um número reduzido de bolsas de estudo), quer dizer, manter sua força de trabalho durante a duração de seus estudos. (ALTHUSSER, 1964, p. 183)

Os estudantes que tiveram em seu destino a continuidade da sua vida escolar no ambiente universitário, terão, segundo o pensamento althusseriano, seu espaço na divisão do trabalho, ocupando cargos de intelectuais nos trabalhos coletivos, de semidesempregados intelectuais, como também de agentes diretos da classe dominante: os agentes da exploração (os capitalistas e grandes administradores), os agentes da repressão (militares e similares) e os profissionais da ideologia (“padres de todas as espécies”) (ALTHUSSER, 1999, p. 168).

Althusser expressa, na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, que cada massa de jovens que vai “ficando pelo caminho”, isto é, parando de estudar na escola, está recheada de ideologia para cumprir, no seu devido lugar de explorado ou explorador na sociedade, ou seja, o papel de sujeito com consciência profissional moral, cívica, nacional e a apolítica. Louis Althusser disserta, então, que estes que foram “ficando pelo caminho” acabam conquistando cargos pouco qualificados no mercado de trabalho, sendo justificada, sua baixa remuneração, pela compra da sua força de trabalho como, supostamente, decorrente do “fracasso escolar”, quando, na verdade, trata-se de uma prática que o aparelho escolar legitima, divisões técnicas (trabalho fruto da seleção de classe que a Escola efetua), que não passa de uma divisão social do trabalho.

A divisão em classes sociais está, portanto, presente na divisão, organização e direção do processo de produção, pela distribuição dos postos em função da classe social e da correspondente formação escolar (mais ou menos “curta” ou longa) dos indivíduos que os ocupam.

A imensa maioria dos operários são operários por toda a vida. O inverso é ainda mais verídico: nunca um engenheiro ou quadro superior chegará a “cair” na condição operária, salvo (limite raríssimo e mesmo assim!) nos casos de crises econômicas catastróficas. (ALTHUSSER, 1999, p.60-61)

Esta divisão do trabalho, legitimada pela Escola, acaba apenas reproduzindo a já existente divisão social do trabalho exterior ao aparelho

escolar, que pelo seu véu justo, neutro, democrático, aberto a todos cidadãos, através de seus métodos de seleção, efeito da divisão de classes. Esta pode ser tomada como a chave central na teoria Althusser, a Escola está a serviço da reprodução capitalista, independente da vontade dos seus agentes e nessa constatação está a resposta! A escola, como instituição que mascara a exploração de classe na nossa sociedade, através das suas indispensáveis seleções, e pela exploração do trabalho presente na nossa sociedade – a exemplo de um jovem operário que não pode mais estudar, pois trabalha oito, dez ou doze horas por dia –, a escola, querendo ou não, cumpre essa peça funcional à serviço da reprodução das relações de produção de máscaras, que toda relação técnica, na verdade, se trata de uma divisão social do trabalho (ALTHUSSER, 1964, p. 161).

Essa ideologia presente na Escola, como ainda discute o filósofo, essencial para a reprodução das relações e manutenção do regime capitalista, sobrevive graças a ideologia que representa a Escola como um ambiente neutro, desprovida de qualquer ideologia, em que o professor irá estimular em seus alunos o espírito da boa consciência e da liberdade, esta liberdade que é confinada pelos seus respectivos pais (os quais, na sociedade em que vivemos, são tratados como como “proprietários” de seus filhos), aos professores e a Escola.

Antecipo, aqui, em relação as demonstrações que forneceremos, proximamente, dizendo que os mecanismo que produzem esse resultado vital para o regime capitalista estão, naturalmente, encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola que reina à escala universal, já que se trata de uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (na medida em que é laica), naquele os professores, respeitadores da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos “pais” (os quais são também livres, isto é, proprietários dos filhos), levam-nas a ter acesso à liberdade, à moralidade e à responsabilidade de adultos através de seu próprio exemplo, pelos conhecimentos, pela Literatura e pelas virtudes “libertadoras” bem conhecidas do Humanismo literário ou científico. (ALTHUSSER, 1999, p. 169)

Esta ideologia escolar é a que faz a escola se apresentar como uma instituição meritocrática, com tanta credibilidade na nossa sociedade e acaba sendo originadora da máscara da divisão técnica do trabalho, que envolve a divisão social do trabalho (divisão em classes). É por ter este verniz desprovido

de ideologia que Althusser destaca que o aparelho escolar consegue reproduzir, de forma tão qualitativa, a ideologia dominante nas formas dos saberes técnicos “savoir-faire”, no entanto, cheios de ideologia dominante e a serviço da reprodução das relações de produção. (Althusser, 1999, p. 67).

Mesmo compreendendo haver esta determinação presente no aparelho escolar, a determinação que, independente da vontade da instituição escolar específica ou de seus agentes, este aparelho está a serviço da ocultação do que realmente faz cada sujeito ocupar determinado papel na produção (ou até mesmo participando apenas do processo da apropriação, como no caso da burguesia). Louis Althusser pede desculpas aos professores (ALTHUSSER, 1999, p. 170), embora raros, que nas palavras do autor são “verdadeiros heróis” (ALTHUSSER, 1989, p. 67), ao tentar se voltar contra o sistema e suas práticas, como contra a própria ideologia. No entanto, também chama a atenção que estes próprios, que tentam lutar contra a ideologia, na maioria dos casos, acabam sendo ultrapassados e esmagados pelo trabalho que o sistema os obriga a fazer.

Ainda sobre esses trabalhadores da educação, o pensador em destaque compreende que há os casos em que os professores, críticos ao aparelho escolar, preferem aplicar “novos métodos alternativos”, ao invés de criticar a própria existência da forma como a Escola capitalista se constitui, acabando, assim, contribuindo para o discurso da escola como instituição indispensável e natural, “tão natural e indispensável como a Igreja parecia ser séculos atrás” (ALTHUSSER, 1989, p. 68).

Apresentados os aspectos em que o aparelho ideológico escolar de Estado contribui para a reprodução das relações de produção capitalista, função que será cumprida pelo aparelho enquanto o capitalismo for o modo de produção dominante – em exceção nos momentos de crise-revolucionária –, no entanto, se enganam aqueles que fazem a crítica a Althusser, por uma suposta impossibilidade de transformação das relações humanas e de que os aparelhos ideológicos de Estado perpetuarão as relações sociais.

Se formos estudar os escritos de Althusser com atenção, veremos que, para seu pensamento, a luta de classes, não só é importante, como ela é

determinante da própria ideologia dominante, da ideologia de Estado, como expõe no manuscrito *Sobre a Reprodução*:

Se é verdade que o caráter próprio da ideologia é ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais que estes a transformam em uma realidade não-histórica, isto é, oni-histórica no sentido de que essa estrutura e esse funcionamento estão presentes, só uma mesma forma, imutável, no que se chama a história inteira, no sentido de que o Manifesto define a história como a história da luta de classes, isto é, a história das sociedades de classes. (ALTHUSSER, 1999, p. 197)

Esta luta de classes, determinante em última instância, tanto dos modos de produção como das práticas dos aparelhos ideológicos, não é, segundo o pensamento de Althusser, a luta da classe explorada por “melhores” condições de exploração, ou por reformas dentro da Ditadura da Burguesia (ALTHUSSER, 1999). A única luta de classes que é determinante e tem o poder revolucionário de transformação, é justamente aquela que busca pôr fim ao Estado burguês e seus aparelhos de Estado, ou seja, os processos que constituem as condições para a exploração capitalista.

É errônea a ideia de considerar a luta de classes como se esta fosse o resultado da revolta da classe operária contra a injustiça social, a desigualdade ou, até mesmo, contra a exploração capitalista, em suma, a reduzir a luta de classes à luta de classe operária contra determinadas condições de exploração é a réplica da burguesia a essa luta. É uma forma de esquecer que as condições de exploração são anteriores, e que o processo de constituição das condições de exploração operária é a forma fundamental da luta de classe burguesa, que, portanto, a exploração já é luta de classe e que a luta de classe burguesa, é anterior. (ALTHUSSER, 1999, p. 251)

Por esta constatação de Althusser, e também própria do materialismo histórico dialético, que compreende que a ideologia está fundada nas relações sociais de produção, a ideologia Escolar Capitalista só pode ter fim quando a força material que a sustenta também tiver um fim, previamente (ALTHUSSER, 1999, p. 249). Dessa forma, segundo a formulação do ex-professor da *École Normale Supérieure*, o principal objetivo da ideologia proletária (a marxista-leninista)¹⁰ seria, antes de tudo, a luta pela destruição do Estado burguês, a

¹⁰ A exemplo do exposto no prefácio de *Sobre a Reprodução*, escrito por Jacques Bidet, o conceito usado por Althusser, “marxismo-leninismo”, não tem absolutamente nada a ver com o marxismo-leninismo conotado durante o século XX, pelos partidos stalinistas, em que “marxismo-leninismo” seria sinônimo de stalinismo. Como expõem Bidet: “Seja qual for a importância da referência acentuada à “filosofia marxista-leninista”, “nossa filosofia” compreender-se-á rapidamente que, se aqui se trata realmente de marxismo e de leninismo, o pensamento de Althusser nada tem a ver com o “marxismo-leninismo” no sentido habitual de uma ortodoxia.” (BIDET *apud* ALTHUSSER, 1999, p. 8)

máquina que sustenta o modo de produção capitalista, este modo de produzir marcado pela divisão de classes entre a burguesia, os proprietários dos meios de produção, e o proletariado, os que, despossuídos dos seus meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho por uma parcela muito pequena do que produzem.

Importante destacar o sentido dado por Althusser, também, ao termo “ideologia proletária”. Para o filósofo, não tendo nada a ver com a consciência espontânea do proletariado, (ALTHUSSER, 1999), esta ideologia, submetida também à ideologia burguesa, é uma combinação entre a experiência da luta de classes, travada há séculos, junto com os conhecimentos fornecidos pela teoria marxista; ideologia, nas palavras do marxista, capaz de unificar a vanguarda da classe operária em suas organizações de classe, sob os princípios da análise científica (ALTHUSSER, 1999).

Althusser compreende que esta ideologia proletária, a única científica em nossa sociedade, durante a existência do capitalismo, só pode existir no aparelho escolar de Estado em períodos de crise revolucionária¹¹, nestes momentos, sendo inserida de fora destes aparelhos através das formas de organização e ação autônomas do movimento operário, o partido marxista-leninista:

Submetido à dominação do Estado burguês e aos efeitos de intimidação e de “evidência” da ideologia, dominante, a classe operária só poderá conquistar sua autonomia com a condição de se liberar da ideologia dominante, se distinguir dela, a fim de adotar formas de organização e ação que realizem sua própria ideologia, a ideologia proletária. O caráter próprio dessa ruptura, desse distanciamento radical é que elas não poderão se realizar a não ser através de uma luta de longa duração a qual é obrigada a levar em consideração as formas da dominação burguesa e combater a burguesia no amago de suas próprias formas de dominação, sem nunca “cair nas ciladas” dessas formas, que não são simples “formas” neutras, mas aparelhos que realizam a existência da ideologia dominante. (ALTHUSSER, 1999, p. 251)

¹¹ Um grande exemplo de momento de crise e instabilidade ideológica se mostra nas mobilizações, marcada pela maior greve operária e estudantil da história da França, ocorrida em maio de 1968, ano anterior da escrita de *Sobre a Reprodução*. Mobilização esta que, sem dúvidas, foi influente nas elaborações do pensador, que chega a dissertar a respeito: “Em maio (de 1968), a relação das forças dessa luta de classes foi invertida de uma forma espetacular, o que fez desaparecer ou, pelo menos, pressupor que a luta de classes travada antes no par Escola-Família e, até mesmo, na Igreja, era, de forma esmagadora, a luta de classe dos ‘representantes’ da classe burguesa: o Professo Primário ao lado do Inspetor da universidade, do Pai, do Padre, etc.” (ALTHUSSER, 1999, p. 181).

A transformação da natureza da escola, segundo o filósofo franco-argelino, só poderá ocorrer a partir do momento em que o movimento operário toma o Poder de Estado, se tornando classe dominante. A partir daí, se pode desenvolver uma ideologia proletária nos aparelhos oriundos dessas novas relações de produção, agora coletivas. Como expõem, em *Sobre a Reprodução*:

Não basta destruir o aparelho repressor, é necessário também destruir e substituir os Aparelhos ideológicos de Estado. É necessário instalar, de maneiras urgente, novos Aparelhos; caso contrário, e nesse aspecto Lenin tinha razão, o próprio futuro da Revolução está em jogo. (...) É necessário formar um pessoal competente e leal, do ponto de vista revolucionário, para aplicar em cada novo AIE a nova política revolucionária, em suma, para transmitir a nova Ideologia de Estado, a ideologia proletária, para a prática e consciência de todos os cidadãos soviéticos. (ALTHUSSER, 1999, p. 116)

A escola terá, então, papel fundamental para a transição da sociedade sem classes, segundo as elaborações de Althusser. Além de transmitir a nova Ideologia de Estado, vai ser através desse aparelho ideológico que será reproduzida a ideologia proletária, tanto quanto a reprodução da nova força de trabalho, ausente de qualquer divisão técnica, não formando alunos para ocupar certos postos sociais, intelectuais ou manuais. O filósofo, inclusive, cita o esforço, infelizmente fracassado, em suas palavras, que Lenin teve ao, em 1917, já enxergar como extrema necessidade o surgimento de uma Escola Politécnica (ALTHUSSER, 1999), aquela que formasse os alunos para futuramente participarem de processo de produção, combinando o trabalho intelectual com o trabalho manual.

Ao passo que apresentamos as contribuições de Louis Althusser acerca da função da escola na formação social capitalista, apresentamos agora, apoiados no "o mais ambicioso tratado marxista de ciência política escrito nas últimas décadas" (BOITO, 2013, p. 4), Poder Político e Classes Sociais, como também a partir do texto Prefácio da obra *A Internacional Comunista e a Escola de Classe, a Escola em Questão* (1977), as contribuições de Nicos Poulantzas, sobre a função da escola na formação social capitalista.

Já adiantamos ao leitor que não espere um aprofundamento tão minucioso, especificamente acerca do aparelho escolar, assim como fizera Louis Althusser. Não por acaso, mas o menor engajamento quanto ao estudo dessa instituição, é derivado do fato de que, diferente de seu colega franco-argelino,

Poulantzas não considera a escola como o aparelho ideológico dominante, no capitalismo.

Como expresso em *A Escola em Questão* (1977), Poulantzas compreende que além da escola não ser o aparelho dominante, “o modo de produção capitalista não possui, um aparelho ideológico dominante invariante” (POULANTZAS, 1977, p. 128). Apesar desta consideração, na obra *Poder Político e Classes Sociais*, podemos destacar várias passagens que o tema da natureza do aparelho escolar vem à tona, como também, e principalmente, acontece em seu texto *A Escola Em Questão*.

Em *Poder Político e Classes Sociais*, não vemos o entendimento de Poulantzas, de que a escola deverá cumprir uma determinada função específica na formação social capitalista, muito menos que o aparelho escolar é indispensável para a reprodução da força de trabalho. Muito menos necessária para a reprodução do capitalismo do que nas concepções althusserianas, o aparelho escolar aparece nessa obra, para o filósofo, como um aparelho que será muito mais perpassado pela ideologia de Estado, do que influente na reprodução das relações sociais ou técnica de produção.

Nicos Poulantzas compreende que a formação social capitalista é necessariamente determinada pela reprodução das ideologias centrais do Estado capitalista, e que a ideologia jurídico-política cria a ideia dos sujeitos serem portadores de direitos e concebidos enquanto cidadãos:

Suas instituições estão organizadas em torno dos princípios de liberdade e de igualdade dos indivíduos ou “pessoas políticas”. A legitimidade desse Estado não está mais fundada sobre a vontade divina implicando no princípio monárquico, mas sobre o conjunto dos indivíduos-cidadão formalmente livres e iguais, sobre a soberania popular e a responsabilidade laica do Estado para com o povo. (POULANTZAS, 2019, p. 123)

Foi em *Poder Político e Classes Sociais* que Poulantzas, seguindo a metodologia de ideologia ampliada, própria do pensamento marxista estruturalista, compreendeu não só relações superestruturais como fruto das relações estruturais, como previa o marxismo clássico, mas, também, com a ideologia produzindo efeitos importantíssimos nas relações de produção¹². Ao

¹² Importante destacar que a compreensão de Poulantzas, de considerar a estrutura, e não só as relações estáticas de produção, ou os meios de produção, mas, sublinhar a importância das

falarmos de escola, no pensamento de Poulantzas, estaremos falando das relações no campo não produtivo, no campo da disputa das ideias, da prática humana, do campo das ideias, sendo, então, parte da superestrutura.

A partir deste entendimento, Poulantzas disserta que não vai ser a escola, enquanto um aparelho ideológico, que determinará a divisão social técnica do trabalho, como sustentam alguns pensadores institucionalistas, mas ao contrário, a escola como parte da superestrutura, sofrerá sempre os efeitos da estrutura jurídico-política:

Em outras palavras, se a escola reproduzir em seu próprio interior a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, é porque esta escola está já, por sua natureza capitalista, situada globalmente em relação a – e reproduzia como aparelho em função de – uma divisão trabalho manual-trabalho intelectual – e uma reprodução desta divisão –, que ultrapassa a escola e lhe assinala seu papel (separação da escola e da produção, ligada à separação e à não-propriedade do produtor direto dos meios de produção). (POULANTZAS, 1977, p. 131)

Esta superestrutura, para Poulantzas, não sendo pensado como uma parte homogênea do todo social ou fruto da consciência de uma classe.¹³ Na problemática apresentada pelo pensador (POULANTZAS, 2019), cada região ideológica, moral, religiosa, filosófica, econômica, é considerada como um nível diferente do outro, possuindo sua forma de funcionamento. Estas várias ideologias presentes no capitalismo, incluindo a que queremos chegar, a escolar, serão todas determinadas pela destacada ideologia dominante.

A ideologia dominante, como exposto pelo filósofo marxista, tem o papel, na formação social capitalista, de ocultar as reais relações de classe que perduram nas relações de produção. Esta ocultação, como apresentada pelo ex-professor da Universidade de Sorbone, acontece como efeito da ideologia dominante no capitalismo, em dois momentos (POULANTZAS, 2019).

relações sociais de produção – inserido no conceito de modo produção –, é uma grande sistematização, elaborada a partir do pensamento de Althusser. O pensador franco-argelino foi quem primeiramente recortou o pensamento de Marx, entre o jovem e o maduro, considerando como grande “salto” para o maduro, as relações de produção, bem como as relações sociais, isto é, influenciadas pela ação humana – no vocabulário marxista –, determinado, em última instância, pela luta de classes. (SANTOS; FERRAZ, 2019). Conferir *Ler o Capital* (1965) e *Por Marx* (1965), sobre essa ruptura epistemológica de Althusser.

¹³ As críticas de Poulantzas aos historicistas e a Gramsci, vai justamente no tom de contramão aos filósofos que compreendiam que as relações superestruturais seriam uma decorrência mecânica dos interesses (supostamente) hegemônicos da classe dominante (supostamente) hegemônica. (POULANTZAS, 2019)

O primeiro momento de atuação da ideologia dominante seria o isolamento jurídico, provocado pelo direito burguês, isto é, todo o arcabouço jurídico que considera os seres humanos expropriados de seus meios de produção, os transformando no plano jurídico (e, conseqüentemente, no ideológico, como veremos), enquanto sujeitos de direitos individuais, e não como participantes de uma classe dominada que tem como única possibilidade do fim da relação de dominação que sofre, a mudança coletiva da relação de poder entre as classes (POULANTZAS, 2019). Este isolamento, próprio da ideologia jurídica, provocaria, então, a destituição dos produtores de direitos, organizados enquanto classes sociais na produção, mas, juridicamente, reconhecidos como indivíduos isolados, com seus direitos e deveres garantidos, isto é, um cidadão que tem seu futuro decidido, única e exclusivamente, pelas suas próprias ações individuais.

O segundo momento que a ideologia dominante atua, determinando as demais ideologias, no caso, a que estamos investigando – a escolar –, seria, para Poulantzas, a ideologia dominante, que acaba utilizando da ideologia política para reunificar os sujeitos, antes isolados, pela ideologia jurídica. Neste momento de unificação, não mais organizados, como de fato ocorre a divisão na estrutura social, no campo político ocorre através do Estado capitalista, o Estado nação. “O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse ‘corpo político’ que seria a ‘nação’” (POULANTZAS, 2019, p. 124).

Importante compreender que a partir da literatura presente em *Poder Político e Classes Sociais*, não apenas as ideias presentes dentro das instituições escolares estarão necessariamente imbuídas destas compreensões, mas principalmente os indivíduos, já interpelados pela ideologia jurídico-política, se considerando enquanto indivíduo-cidadão, na formação social capitalista (POULANTZAS, 2019). A influência na constituição destas ideias, independente da ação escolar, é própria do indivíduo, devido a influência maior que rege sua consciência, isto é, a própria realidade fundada a partir da ideologia jurídica que é vivida pelos sujeitos no capitalismo, onde, de fato, os indivíduos têm o sistema de leis a ser seguido, há seus direitos e deveres individuais a serem cumpridos. Podem se candidatar e votar individualmente, nos períodos eleitorais, assim

como, mesmo que em uma porcentagem mínima, decidir quais serão as pessoas e partidos que controlam o aparelho de Estado burguês.

Partimos desta importante constatação do pensamento de Nicos Poulantzas, isto é, independente do conteúdo trabalhado em sala de aula, o indivíduo – por já nascer numa sociedade onde a realização social da sua existência é constituída a partir do Direito Burguês e do Estado burguês, e não a partir da sua real organização no campo econômico (a constituição de classe) –, faz com que sua consciência seja moldada a partir da realidade em que vive e, assim, adentrando com essa consciência em todas as relações sociais em que atua. No caso ao qual nos referimos, as relações escolares, a partir do pensamento de Poulantzas, encontramos os indivíduos nesta formação social já com suas consciências, legitimando a ideologia dominante no capitalismo, assim como as suas práticas diárias, respeitando a propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalho (inclusive, vendendo a sua), o Direito burguês e a “democracia-burguesa”.

Assim, esse Estado apresenta-se constantemente como a unidade propriamente política de uma luta econômica que manifesta, em sua natureza, esse isolamento. Ele se apresenta como representativo do “interesse geral” de interesses econômicos concorrentes e divergentes que ocultam aos agentes, tais como são por eles vividos, seu caráter de classe. Por via de consequência direta, e mediante todo um funcionamento complexo do ideológico, o Estado capitalista oculta sistematicamente, no nível de suas instituições políticas, seu caráter político de classe: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular-nacional de classe. Esse Estado se apresenta como a encarnação da vontade população do povo-nação. O povo nação é institucionalmente fixado como conjunto de “cidadãos”, “indivíduos” cuja unidade o Estado capitalista representa, e tem precisamente com econômicas do real esse efeito isolamento que as relações econômicas do M.P.C manifestam. (POULANTZAS, 2019, p. 133)

Esta ideologia dominante aos indivíduos pertencentes a reprodução das relações sociais é muito importante para a reprodução deste modo de produção, pois, como nos apresenta o pensador, em *Poder Político e Classes Sociais*, nos casos de os indivíduos não respeitarem esta ideologia dominante, as forças repressivas serão acionadas e assim, nesses casos raros, deixando de atuar pela repressão e passando a atuar pela força (POULANTZAS, 2019).

Na mesma obra de Poulantzas, podemos também conferir que o Estado capitalista é o centro de exercício de poder político da classe dominante, condensando, nele, os meios necessários para realizar a reprodução das

relações de produção, seja pelo consenso (como ocorre na grande maioria dos casos), seja a partir da repressão. É a partir do Estado que, determinado pela luta de classes e, em certa, medida por interesses das classes dominadas, Poulantzas compreende que serão postos os limites da estrutura capitalista sobre a prática, a ação e a consciência dos seres humanos, garantindo sempre as condições necessárias a reprodução das relações de produção, enquanto adota uma autonomia das ações humanas, desde que esteja respeitando a ideologia jurídico-política do capitalismo, sendo, então, uma Autonomia Relativa, nas palavras do autor.

A Autonomia Relativa, conceito desenvolvido pelo filósofo grego, se refere, num primeiro momento, à divisão dos poderes na formação social capitalista: o poder econômico, ideológico e político. Assim sendo, Poulantzas compreende que, diferente do modo de produção feudal, a formação social capitalista não parte de uma mesma classe, possuindo de forma linear os três poderes, como quando acontecia no modo de produção feudal, quando era o senhor que ocupava o cargo de dominante no modo de produção e, conseqüentemente, no plano político, a nobreza, e no campo ideológico, papel ocupado pela dominância da Igreja Católica.

Estes poderes, na formação social capitalista, deste que determinadas pela superestrutura jurídico-política, pelo Estado Burguês e pela burocracia do Estado capitalista, determinam as três formas de poderes: econômico, político e ideológico; apesar da luta de classes poder determinar os conteúdos restantes destas estruturas. Os três poderes não são, dessa forma, centro de exercício de poder político, mas centros de poder de classes.

Se os interesses não estão localizados nas estruturas como a situação de classe nas relações de produção, mas como limites dos níveis do campo das práticas, pode-se muito bem conceber que se possa falar de interesses relativamente autônomos de uma classe no econômico, no político e no ideológico. O poder situa-se no nível das diversas práticas de classe, na medida em que existem interesses de classes referentes ao econômico, ao político e ao ideológico. Mais particularmente, numa formação capitalista caracterizada pela autonomia específicas dos níveis de estruturas e de práticas, e dos interesses respectivos de classe, pode –se ver nitidamente a distinção do poder econômico, do poder político, pode poder ideológico etc., de acordo com a capacidade de uma classe realizar seus interesses relativamente autonomia em casa nível. (POULANTZAS, 2019, p. 114)

O que determina, em última instância, o todo social, para Poulantzas, será a luta de classes durante o período de transição dos modos de produção, fazendo com que, enquanto a ideologia jurídica-política estiver vigente e os três níveis de poder a reproduzindo, a reprodução das suas relações de exploração estará mantida. A luta de classes, segundo o pensador, dentro das instituições, a exemplo da escola, de fato se manifestará, mas sempre reproduzindo interesses a curto e a médio prazo das classes dominadas, e não a reivindicação pelo fim da dominação da classe, o que aconteceria apenas através da derrubada do Estado, das relações jurídico-políticas, que justamente oculta esta dominação de classes. Como apresenta em *A Escola Em Questão*:

Os aparelhos ideológicos intervêm, pois, ativamente na reprodução dos lugares das classes sociais. Mas, a menos que se queira cair numa visão idealista e “institucionalista” das relações sociais, que apresenta as classes sociais e a luta de classes como os produtos dos aparelhos, é preciso ver bem que este aspecto da reprodução ultrapassa os aparelhos e lhes escapa amplamente, designando-lhes seus limites. (POULANTZAS, 1977, p. 131)

As instituições, assim como a escola, serão consideradas, segundo *Poder Político e Classes Sociais*, como um centro de poder, ou seja, a materialização do poder de classe, tendo sua autonomia relativa garantida perante os limites impostos pela estrutura.

As diversas instituições sociais, e, mais particularmente, a instituição do Estado, a rigor não tem poder. As instituições, consideradas do ponto de vista do poder, podem apenas ser relacionadas as classes sociais que detêm o poder. Esse poder das classes sociais está organizado, em seu exercício, em instituições específicas, em centro de poder, sendo o Estado, nesse contexto, o centro de exercício do poder político. Isso não quer dizer, porém, que os centro de poder – as diversas instituições de caráter econômico, político, militar, cultura etc. – são simples instrumentos, órgãos ou apêndices do poder das classes sociais. Eles possuem sua autonomia e especificidade estrutural que, enquanto tal não pode ser imediatamente redutível a uma análise em termos de poder. A autonomia relativa das diversas instituições – centros de poder – relativamente as classes sociais não se deve ao fato de elas possuírem um próprio distinto poder de classe, mas a sua relação com as estruturas. É nesse sentido que as diversas instituições não constituem, em termos de poder, “órgão de poder”, instrumento de exercício de um poder de classe que preexiste a elas e que as cria para os fins de sua realização eficaz, mas centros de poder. (POULANTZAS, 1977, p. 116)

Analisamos, dessa forma, o entendimento da escola, no pensamento de Poulantzas, como uma instituição composta por práticas sociais determinadas pela estrutura capitalista, a ideologia jurídico-política, ao mesmo tempo que

possibilita as disputas ideológicas dentro desse espaço, estas perpassadas pela luta de classes. A escola aparece, então, na formação social com sua prática limitada pela estrutura capitalista, ao passo que possibilita uma autonomia dos sujeitos dentro desta estrutura, possibilitando transformar o aparelho ideológico escolar em um espaço onde as classes sociais irão disputar seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos o pensamento de Nicos Poulantzas e Louis Althusser, compreendemos que ambos fazem parte da mesma vertente teórica do marxismo, o estruturalismo marxista. A proximidade entre os pensadores parte, então, da mesma metodologia, que abrangia as publicações, tanto de Poulantzas como de Althusser, na década de 1960.

Os autores partem do entendimento da existência de uma ruptura epistemológica nos textos do marxismo clássico, compreendendo que as produções anteriores a 1845 eram marcadas por fortes traços do idealismo hegeliano. Esta influência estaria presente pelo dualismo que marcava a metodologia dialética de Marx, assim como o entendimento da existência de uma essência humana, que sob o capitalismo, estaria “alienada” e que a sociedade comunista poderia “recuperar”.

O pensamento compreendido pelo estruturalismo marxista, entendendo o materialismo histórico dialético como metodologia científica, deixa de lado as noções idealistas de ideologia, dando o entendimento de que a ideologia, a consciência que permeia a mente dos indivíduos, estaria relacionada, puramente, a uma reação imaginária, mas, baseada na própria forma como os indivíduos se relacionam com o modo de produção do qual faz parte.

A consciência presente na mente dos indivíduos de determinada formação social, segundo essa vertente do marxismo, estaria relacionada com a própria realidade, posta a eles já ao nascer. Esta consciência se moldaria para atuar de acordo com a ideologia dominante, isto é, as ideias mantedoras das principais estruturas que dão suporte às relações de produção capitalistas.

Na formação social capitalista, a ideologia dominante, isto é, a estrutura dominante é a jurídico-política, como muito discorrido durante este trabalho, produzindo o efeito de isolamento dos sujeitos em indivíduos cidadão, ao mesmo tempo que provoca uma coletividade dos indivíduos pertencentes ao mesmo território estatal, no plano de “povo-nação”.

Althusser se distancia, assim, das contribuições em comum com Poulantzas, ao passo que incorpora o conceito, de Aparelho Ideológico de

Estado, passando a considerar as instituições do campo da sociedade civil como participantes do Estado.

Esta concepção, apresentada pelo filósofo franco-argelino, rompe com toda a tradição do Estado, segundo a tradição marxista e expressa nas contribuições de Marx, Engels, Lenin e Poulantzas. A concepção clássica de Estado, para o marxismo, seria a compreensão desta instituição como espaço da organização da dominação da classe dominante, presente em esferas específicas. Afinal, segundo o escopo marxista, o Estado capitalista estaria localizado em esferas específicas, isto é, nas Formas Armadas, como também na burocracia de Estado, no Congresso Nacional e no Direito Burguês.

Quando se analisa a escola na formação social capitalista, a partir da leitura das obras althusserianas, entende-se que esta – tal qual outras instituições – seria parte do Estado enquanto Aparelho Ideológico de Estado Escolar. O desdobramento dessa conclusão está nas compreensões desenvolvidas por Althusser, que a escola como parte do Estado não seria apenas fruto da dominação de classe, mas atuando de forma contundente na própria constituição desta dominação.

Para Althusser, vai ser a própria Escola, no capitalismo, que provocará a qualificação do indivíduo, para futuramente possibilitar participar da exploração capitalista, vendendo sua força de trabalho, assim como também a escola será assimilada como importante na própria constituição da divisão social técnica do trabalho. Nesta compreensão althusseriana, a ideologia presente na escola, isto é, a escolar, terá papel determinante na transformação dos indivíduos em sujeitos subordinados a dominação de classe.

Já, a partir do estudo de Poulantzas, sobretudo em *Poder Político e Classes Sociais* (1999), assim como em *A Escola em Questão* (1977), percebemos que se mantém a metodologia do estruturalismo marxista, compreendendo as instituições sociais, a exemplo da escola, como formada a partir da estrutura capitalista, e não o oposto.

O fundamental e determinante na sociedade capitalista, e o que manteria os indivíduos andando livremente mesmo que dominados e explorados, e ainda assim a serviço da reprodução do modo de produção capitalista, seria, como já

exposto, a ideologia principal, que determinaria as outras, a ideologia jurídico-política.

Poulantzas não produz uma nova conceptualização acerca da função da Escola na formação social capitalista. Embora reconheça sua importância, alerta o leitor ao possível “escolarocentrismo” (POULANTZAS, 1977, p. 131), tão presente entre estudantes e professores, isto é, a supervalorização do ambiente escolar quanto à reprodução social. O filósofo grego aponta, nos textos analisados, que mesmo valorizando a existência da ideologia escolar e ela sendo uma das ideologias dominadas, através da ideologia dominante, não abre mão da metodologia marxista estruturalista que entende o Direito e o Estado como os locais dominantes de sustentação do modo de produção capitalista.

Compreendemos que a grande contribuição, como também a grande revisão quanto ao entendimento da função que a Escola ocupa na sociedade capitalista, parte principalmente de Louis Althusser. Foi o intelectual que, sendo membro do Partido Comunista Francês, desenvolveu a tese de Aparelhos Ideológicos de Estado. Althusser incorpora a tese de Gramsci, de Estado ampliado, o qual o pensador italiano pensa a sociedade civil como espaço onde se mantém a dominação de classes, através da hegemonia da classe dirigente, e espaço onde as classes dominadas, através de uma luta progressiva, pode se tornar classe hegemônica. No entanto, assim como entende o professor da Universidade de Paris, Jacques Bidet: “Althusser reverte, portanto, essa concepção, apresentando o conjunto das instituições como os elementos da máquina estatal pelo qual a burguesia garante a sua dominação” (BIDET *apud* ALTHUSSER, 1999, p. 12).

Assim, parece razoável supor que ao contrário do senso comum, tão difundido, o sistema escolar não é em si parte da solução para pôr fim a dominação de classes. A exemplo do apontado por Poulantzas como por Althusser, o sistema escolar é subserviente a manutenção da dominação de classe no modo de produção capitalista, função que ocupava nos países capitalistas quando os textos analisados foram escritos, década de 1960 e 1970, função da instituição escolar mantida até os dias de hoje nos países capitalistas.

O contínuo papel do sistema escolar, ainda subordinado ao Direito e o Estado, não decorre de uma conjuntura que se mantém similar, mas sim, uma condição própria do modo de produção capitalista, onde as instituições se encontram necessariamente enquanto convenientes a forma jurídica e política do capitalismo. Na leitura do marxismo de Althusser e de Poulantzas, pelas limitações impostas através do Estado e do Direito, as instituições na formação social capitalista, só deixarão de cumprir um papel que se oponha as estruturas capitalistas (a jurídica e política) quando o Direito e o Estado capitalista forem derrubados pela existente luta de classes.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. “A corrente subterrânea do materialismo do encontro”. In **Crítica marxista**. Rio de Janeiro, Revan, v. 20, 2005, pp. 9-48.
- _____. **Aparelhos ideológicos de estado**. 4ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **Ler O Capital**. Volumes 1, São Paulo:Zahar, 1979
- _____. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- _____. **Problemas Estudantis**, Nouvelle Critique: Revue Du Marxisme Militant, Número 152, 1964.p.80-111.
- _____. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.
- BOITO JUNIOR, Armando. “Indicações para o estudo do marxismo de Althusser”. In **Novos Temas**, n 9, segundo semestre de 2013. São Paulo, Edição Caio Prado Jr.,153-182.
- _____. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora UNESP, 2007
- CASSIN, Marcos. **Louis Althusser e o papel político/ideológico da escola**. Unicamp, 2002.
- FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Campinas: Papyrus, 1988.
- FERRAZ, Cristiano Lima; SANTOS, José Jackson Reis dos. **Marxismo, Teoria Social Trabalho e Educação no Brasil**. São Paulo: Lutas Sociais, 2016.
- Folha de São Paulo. **Motores de Bolsonaro, Escola sem Partido e ideologia de gênero têm raízes religiosas**. 23 de out. de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/motores-de-bolsonaro-escola-sem-partido-e-ideologia-de-genero-tem-raizes-religiosas.shtml>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. Tradução de Maria Rodrigues, Hans Harden. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2008.
- LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Clube de Autores, 2009.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. Lisboa: Escorpião, 1974.
- MEDEIROS, Leonardo Bacher; GRANATO, Leonardo. Notas para uma compreensão ampliada do conceito de ideologia dominante. In: **Revista Princípios**, nº 161 Mar./JUN. 2021. pp 114 – 139.

MANDEL, Ernesto. **Introdução à teoria econômica, por Ernesto Mandel, Pierre Salamas e Jacques Valier.** São Paulo: ILAESE./Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **As Contribuições do marxismo althusseriano para o debate sobre o aparelho escolar na sociedade capitalista: notas introdutórias.** Lavra Palavra, 2018.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política** – São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política.** Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

_____. **O CAPITAL-Livro 2: O Processo de Circulação do Capital.** LeBooks Editora, 2019.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Boitempo Editorial, 2015.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo. 2015

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

Marx, Karl; ENGELS, Friedrich (1986). **Obras Escolhidas.** Vol 3. São Paulo: Alfa-Ômega.

POULANTZAS, Nicos. “A Escola em Questão”. in Linderberg, Daniela. **A Internacional Comunista e a escola de classe.** Coimbra: Centelha, 1977.

_____. **Estado, o poder e o socialismo.** Tradução Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. **Poder político e classes sociais.** Campinas: Editora Unicamp, 2019.

SAES, Décio. **O lugar dos conceitos de estrutura e instituição na pesquisa em Educação.** Cadernos Ceru, 2013, pp. 281 – 297.

SESSIONS, David. **Poulantzas, filósofo do Socialismo Democrático.** Outras Palavras. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/poulantzas-filosofo-do-socialismo-democratico/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.